

COORDENAÇÃO  
ANA PAULA BLAZUTE

1ª FASE *OAB*  
MÉTODO INFALÍVEL  
PARA A SUA **APROVAÇÃO**  
RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

2ª edição  
Revista, atualizada  
e ampliada

2024

# APRESENTAÇÃO

## OAB – 1ª FASE – RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

Com o objetivo de ofertar ao leitor um amplo e sólido conhecimento do perfil da banca Fundação Getúlio Vargas, organizadora do Exame da Ordem, elaboramos este didático livro de questões, no qual faremos uma análise criteriosa dos pontos mais cobrados de cada matéria, com clareza, objetividade e profundidade, tornando-se um grande aliado para todos aqueles que buscam a aprovação. A proposta é que o aluno não se prepare apenas com questões antigas da FGV, mas, principalmente, com questões recentes cobradas em concursos jurídicos, que se adequam à realidade nas provas do Exame da Ordem.

Com vasta experiência em aprovações, a coordenadora desta obra, Ana Paula Blazute (@profanablazute), e os demais professores pensaram em um formato de questões que ajudasse o aluno a obter êxito na prova da OAB.

A importância de resolver questões passadas é, sem dúvida, inquestionável, mas o assunto temporal das questões e, além de tudo, o perfil da banca nos fizeram pensar em um método extremamente eficaz para a aprovação dos nossos alunos: aprender a resolver questões JURÍDICAS atualizadas.

A banca FGV já não tem o mesmo perfil de 10 anos atrás.

Veja um exemplo de uma questão de Direito Constitucional, sobre organização político-administrativa, cobrada em 2012:

Ano: 2012 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2012 - OAB - Exame de Ordem Unificado - VI - Primeira Fase - Reaplicação

O Estado X edita norma que determina a gratuidade de pagamento em estacionamentos privados sob administração de entidades empresariais. Tal lei, à luz das normas constitucionais, está sob a égide das competências do(a)

Alternativas

- A) Estado.
- B) Município.
- C) Distrito Federal.
- D) União.

Letra D

Perceba que as questões eram mais diretas e sem muitas dificuldades. Veja agora uma questão recente da FGV-OAB sobre o mesmo tema:

Ano: 2021 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2021 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXIII - Primeira Fase  
A Lei Y do Estado Beta obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo.

A Confederação Nacional do Comércio procurou seus serviços, como advogado(a), visando obter esclarecimentos quanto à constitucionalidade da referida lei estadual.

Sobre a Lei Y, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

- A) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.
- B) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.

- C) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Beta.
- D) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Beta legisle sobre a matéria.

Letra A

O novo perfil da banca requer do aluno um conhecimento jurisprudencial, além de um estudo aprofundado sobre a matéria, sendo de suma importância estudar mediante a literalidade do código, além de doutrina e jurisprudência.

Veja agora essa questão da FGV cobrada no concurso para Delegado de Polícia (PC-AM) em 2022.

Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: PC-AM Prova: FGV - 2022 - PC-AM - Delegado de Polícia - Edital nº 01

A Lei nº XX do Estado Alfa, com o objetivo de aumentar a eficiência da atuação administrativa, disciplinou a atividade de despachante perante os órgãos públicos, tanto do Estado como dos Municípios situados em seu território.

Considerando os balizamentos estabelecidos, que se estendiam dos requisitos de escolaridade e habilitação a serem preenchidos até a forma como os atos deveriam ser praticados, houve grande insatisfação de parte da categoria.

Instado a se pronunciar, um advogado respondeu corretamente que a Lei nº XX é

Alternativas

- A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria.
- B) inconstitucional, já que a matéria deveria ser disciplinada em lei complementar, não em lei ordinária.
- C) inconstitucional, mas apenas na parte em que estende a disciplina aos Municípios, por afrontar a sua autonomia política.
- D) constitucional, pois se trata de mera projeção da atividade administrativa, estando absorvida pela competência dos Estados.
- E) constitucional, desde que os requisitos estabelecidos não afrontem a proporcionalidade, terminando por impedir o próprio exercício profissional.

Letra A

O que podemos extrair dessas três questões? Que a FGV mudou o perfil, e você também deve mudar a forma de resolver questões. Ao analisarmos essas questões, percebemos que o perfil da banca está mais voltado para conteúdo jurídico cobrado recentemente em concursos públicos. Logo, nosso foco será resolver questões recentes da FGV cobradas em concursos jurídicos, mas sem “abrir mão” de outras já cobradas pela OAB.

A obra será dividida por matérias e assuntos, comentadas assertiva por assertiva, item por item, trazendo comentários que vão além dos assuntos abordados nas questões.

Caso precise de uma orientação de como estudar para o Exame da Ordem, a coordenadora desta obra oferece cronogramas de estudos para 90, 60 e 30 dias. Neles, você terá desafios semanais, revisões, resumos e dicas, uma casadinha perfeita para a sua aprovação.

Apresentaremos nos itens seguintes os temas mais cobrados das principais matérias para o Exame da Ordem.

#### ✦ ÉTICA\*

Assuntos cobrados:
<b>Dos direitos e prerrogativas do advogado</b>
<b>Das infrações e sanções disciplinares</b>
<b>Da inscrição na OAB</b>
<b>Das incompatibilidades e impedimentos</b>

<b>Assuntos cobrados:</b>
Da sociedade de advogados
Da publicidade

\* **Código de Ética e Disciplina da OAB - CED** (vide apêndices ao final do livro).

#### ✦ DIREITO DO TRABALHO

<b>Assuntos mais cobrados:</b>
Remuneração e salário
Cessação de contrato
Relações Laborais
Direito Coletivo
Alteração/interrupção/suspensão do contrato
Trabalho em condições especiais

#### ✦ PROCESSO DO TRABALHO

<b>Assuntos cobrados:</b>
Dissídio individual e coletivo
Atos/termos/prazos processuais
Sistema recursal trabalhista
Ações especiais no processo do trabalho
Competência da justiça do trabalho
Execução trabalhista
Partes/procuradores

#### ✦ DIREITO CONSTITUCIONAL

<b>Assuntos cobrados:</b>
Controle de Constitucionalidade
Organização político-administrativa
Processo legislativo
Poder Judiciário
Poder Legislativo
Teoria da Constituição
Direitos individuais
Direitos políticos e partidos políticos

**Assuntos cobrados:****Poder Executivo****Ordem social****Defesa do Estado****✦ DIREITO CIVIL****Assuntos cobrados:****Parte geral****Direito das coisas****Direito de família****Direito das sucessões****Direito das obrigações****Contratos em espécies****Contratos em geral****Responsabilidade civil****LINDB****✦ PROCESSO CIVIL****Assuntos cobrados****Recursos****Intervenção de terceiros****Mediação / conciliação****Tutela provisória****Sujeitos da relação processual****Ações autônomas de impugnação****Processo de execução****Execução de títulos extrajudiciais****Resposta do réu****✦ DIREITO EMPRESARIAL****Assuntos cobrados:****Direito societário****Falência e recuperação****Títulos de crédito****Teoria geral do Direitos Empresarial****Contratos empresariais****Direito da propriedade industrial**

### ✦ DIREITO TRIBUTÁRIO

Assuntos cobrados:
Tributos federais/estaduais/municipais
Obrigação tributária
Exclusão e suspensão do crédito tributário
Execução fiscal
Competência tributária
Legislação tributária
Tributos e espécies
Imunidades tributárias
Limitações ao poder de tributar
Administração tributária

### ✦ DIREITO PENAL

Assuntos cobrados:
Tipicidade
Crimes contra o patrimônio
Crimes contra a vida
Crimes contra a administração pública
Pena restritiva e privativa de direito
Extinção de punibilidade
Noções fundamentais
Crimes contra a honra
Lesões corporais
Concurso de crimes
Crimes hediondos

### ✦ PROCESSO PENAL

Assuntos cobrados:
Recursos criminais
Procedimento penal
Das provas
Competências
Das questões e processos incidentes
Inquérito policial
Meios autônomos de impugnação
Ação penal
Da prisão

## ✦ DIREITO ADMINISTRATIVO

Assuntos cobrados:
<b>Agentes públicos e servidores públicos</b>
<b>Organização da administração pública</b>
<b>Atos administrativos</b>
<b>Intervenção do Estado na propriedade</b>
<b>Serviços públicos</b>
<b>Licitações</b>
<b>Contratos</b>
<b>Poderes Administrativos</b>
<b>Responsabilidade do Estado</b>
<b>Bens públicos</b>
<b>Improbidade</b>
<b>Processo administrativo</b>

De posse desta útil ferramenta para seus estudos, acreditamos que a obra será bastante útil aos estudantes que estão se preparando para o Exame da ordem, pois se trata de um livro diferenciado que reúne vários tópicos de inquestionável importância.

Não deixe de seguir o perfil de Ana Paula Blazute no Instagram. Caso tenha alguma dúvida, entre em contato. Sugestões e críticas são sempre bem-vindas.

Bons estudos!

## → QUESTÕES

### 1. ATIVIDADE DE ADVOCACIA

**01. (FGV – XXXIX Exame de Ordem-2023)** O advogado Edson foi contratado para prestar a um cliente assessoria jurídica quanto a uma questão imobiliária. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- a) Edson pode prestar a assessoria de modo verbal. Também não é necessária a outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários.
- b) Edson deve prestar a assessoria de modo escrito. Faz-se necessária a outorga de mandato, mesmo que não haja formalização por contrato de honorários.
- c) Edson pode prestar a assessoria de modo verbal. É necessária a outorga de mandato, mesmo que não haja formalização por contrato de honorários.
- d) Edson deve prestar a assessoria de modo escrito, mas não é necessária a outorga de mandato ou formalização por contrato de honorários.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** Consultoria, assessoria e direção jurídicas são atividades privativas da advocacia.

**Alternativa “a”** (responde as demais alternativas). As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários (Lei nº 8.906/94, art.5º, §4º).

**Alternativa correta: letra “a”.**

**02. (FGV – XXXIX Exame de Ordem-2023)** Luana, advogada especialista em Direito Civil, é procurada por Carla, que busca ajuizar demanda para obtenção de indenização por danos morais e materiais em face de seu vizinho. Ao tomar conhecimento dos fatos, Luana percebe que aquele era o último dia possível para o ajuizamento da ação, visto que a prescrição da pretensão de sua cliente se consumaria no dia seguinte. Luana, então, peticionou, perante o juízo competente, sem, contudo, ter tido tempo hábil para anexar aos autos a procuração de sua cliente, em razão da urgência decorrente da iminente prescrição. Nesse contexto, considerando as disposições do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- a) A advogada Luana não pode postular em juízo ou fora dele sem procuração, ainda que em situação de alegada urgência.
- b) A urgência, por si só, não é suficiente para justificar a não apresentação da procuração, devendo ser conjugada com iminente risco à integridade física ou à vida do cliente.
- c) Luana não está obrigada a apresentar procuração, visto que o mandato conferido por seus clientes é presumido

pelos fatos narrados na inicial e pela documentação que a instrui.

- d) No contexto da iminente prescrição da pretensão de sua cliente, Luana, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** o advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

**Alternativa “d” (responde as demais alternativas).** O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período. (Lei nº 8.906/94, art. 5º, §1º).

**Alternativa correta: letra “d”.**

**03. (FGV- XXXIX Exame de Ordem-2023)** Bruno, advogado, compareceu à audiência de conciliação acompanhado de seu cliente Carlos, tendo-lhe sido conferidos poderes para transacionar em juízo ou fora dele. Na audiência, foi oferecida proposta de acordo pela parte adversa, que não foi aceita por Bruno, visto que conflitava flagrantemente com os interesses de seu cliente. Contrariado, o magistrado cassou a palavra de Bruno, determinando que não se manifestasse mais durante a audiência, visto que a opção de aceitar ou não o acordo seria de decisão única de Carlos, sem possibilidade de influência de seu patrono. Nesse contexto, de acordo com o Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a afirmativa correta.

- a) O magistrado agiu corretamente, considerando que tem o dever de manter a ordem dos trabalhos e, em sua atuação, deve fomentar a solução pacífica dos conflitos, que estava sendo inviabilizada pela resistência de Bruno ao acordo.
- b) A palavra de Bruno não poderia ter sido cassada sob o fundamento de que aceitar ou não o acordo é de decisão única de Carlos sem possibilidade de influência de seu patrono, vez que o advogado é indispensável à administração da justiça e deve orientar seu cliente.
- c) Em insistindo em falar com seu cliente sobre a aceitação ou não do acordo, a conduta de Bruno acarretará responsabilidade perante a OAB, em razão da violação da ordem hierárquica do magistrado.
- d) Em caso de manutenção da insubordinação de Bruno, o juiz poderá determinar que a seccional competente da Ordem dos Advogados do Brasil aplique a pena de suspensão das atividades de advocacia por ele desempenhadas, por prazo não inferior a dois anos.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos.



**Alternativa “b” (responde as demais alternativas).** A vedação de uso da palavra e comunicação do advogado com seu constituinte violou as prerrogativas do exercício indispensável da advocacia e de manifestações para defesa e postulação dos interesses do mandante (Lei nº 8.906/94, art.2º, caput e §2º).

**Alternativa correta: letra “b”.**

**04. (FGV – XXXVII Exame OAB)** Teresa, advogada contratada por Carina para representar seus interesses em ação judicial, decide renunciar ao mandato. Em 16/02/2023, Teresa redige notificação de renúncia e a envia por meio de correspondência com aviso de recebimento a Carina, que a recebe em 28/02/2023. No dia seguinte, Carina ajusta com a advogada Fernanda que ela passará a representar seus interesses na ação judicial a partir de então, mas ainda não assina nova procuração. Considerando esse cenário, sobre o cumprimento de prazo processual com vencimento no dia 02/03/2023, assinale a afirmativa correta.

- Teresa deve cumprir o prazo porque continuará obrigada, durante os dez dias seguintes à notificação de renúncia, a representar Carina, mesmo que tenha sido substituída antes do término desse prazo.
- Teresa estará desobrigada do cumprimento do prazo, porque Carina foi notificada da renúncia ao mandato em data anterior ao seu vencimento.
- Fernanda não poderá cumprir o prazo, já que somente poderá postular em juízo fazendo prova do mandato.
- Fernanda poderá cumprir o prazo, já que, afirmando urgência, poderá atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** a procuração para o foro em geral habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, salvo os que exijam poderes especiais.

**Alternativa “a”.** A representação do advogado renunciante cessa de imediato se for substituído ou findo o prazo de dez dias da notificação do seu constituinte (Lei nº 8.906/94, art. 5º, §3º).

**Alternativa “b”.** O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo (Lei nº 8.906/94, art. 5º, §3º).

**Alternativa “c”.** A procuração é o instrumento do mandato, mas havendo urgência é dispensada de imediato, devendo ser juntada no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período (Lei nº 8.906/94, art. 5º, §1º).

**Alternativa “d”.** O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período (Lei nº 8.906/94, art. 5º, §1º).

**Alternativa correta: letra “d”.**

**05. (FGV – Exame de Ordem XXXVI – 2022)** O advogado Francisco Campos, acadêmico respeitado no universo jurídico, por solicitação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados, realizou estudos e sugestões para a alteração de determinado diploma legal.

Sobre a atividade realizada por Francisco Campos, assinale a afirmativa correta.

- A contribuição de Francisco dá-se como a de qualquer cidadão, não se configurando atividade da advocacia, dentre as elencadas no Estatuto da Advocacia e da OAB.

- É vedada ao advogado a atividade mencionada junto ao Poder Legislativo.
- A referida contribuição de Francisco é autorizada apenas se Francisco for titular de mandato eletivo, hipótese em que, no que se refere ao exercício da advocacia, ele estará impedido.
- Enquanto advogado, é legítimo a Francisco contribuir com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** são impedidos de exercer a advocacia, os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

**Alternativa “d” (responde as demais alternativas).** O advogado pode contribuir com o processo legislativo e com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República (Lei nº 8.906/94, art.2º-A).

**Alternativa correta: letra “d”.**

**06. (FGV – XXXV Exame de Ordem-2022)** Maria, advogada, sente falta de confiança na relação profissional que mantém com Pedro, cliente que representa em ação judicial. Maria externa essa impressão a Pedro, mas as dúvidas existentes não são dissipadas. Maria decide, então, renunciar ao mandato.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que o ato de renúncia ao patrocínio

- excluirá a responsabilidade de Maria por danos eventualmente causados a Pedro após dez dias da notificação, salvo se for substituída antes do término desse prazo.
- obrigará Maria a depositar em juízo bens, valores e documentos que lhe hajam sido confiados e ainda estejam em seu poder.
- fará cessar de imediato a responsabilidade profissional de Maria pelo acompanhamento da causa.
- deverá ser feita sem menção do motivo que a determinou.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** as relações entre advogado e cliente baseiam-se na confiança recíproca. Sentindo o advogado que essa confiança lhe falta, é recomendável que externar ao cliente sua impressão e, não se dissipando as dúvidas existentes, promova, em seguida, o substabelecimento do mandato ou a ele renuncie (CEDOAB, art.10).

**Alternativa “a”.** A renúncia ao mandato não exclui responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros (CEDOAB, art. 16, §1º).

**Alternativa “b”.** A devolução de bens pode ser feita da forma que optar o advogado, não havendo previsão expressa para depósito em juízo, após conclusão da causa ou desistência da causa, tenha havido, ou não, extinção do mandato (CEDOAB, art. 12, caput).

**Alternativa “c”.** O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo (Lei nº 8.906/94, art. 5º, §3º).

**Alternativa “d”.** A renúncia ao patrocínio deve ser feita sem menção do motivo que a determinou (CEDOAB, art. 16, caput).

**07. (FGV – XXXV Exame de Ordem-2022)** João é estagiário de Direito. É vedado a João praticar isoladamente – isto é, sem atuar em conjunto com o advogado ou o defensor público que o supervisiona – o seguinte ato:

- assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais.
- obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças de processos em curso.
- comparecer à prática de atos extrajudiciais, sem autorização ou substabelecimento do advogado.
- retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** o estagiário inscrito na OAB pode ser censurado, se praticar ato excedente de sua habilitação.

**Alternativa “a”.** O estagiário inscrito na OAB pode, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos (RGEAOB, art. 29, §1º, III).

**Alternativa “b”.** O estagiário inscrito na OAB pode, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos (RGEAOB, art. 29, §1º, II).

**Alternativa “c”.** O estagiário inscrito na OAB pode, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, comparecer para o exercício de atos extrajudiciais, QUANDO receber autorização ou substabelecimento do advogado (RGEAOB, art. 29, §2º).

**Alternativa “d”.** O estagiário inscrito na OAB pode, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos (RGEAOB, art. 29, §1º, III).

**Alternativa correta: letra “c”.**

**08. (FGV – XXXIV Exame de Ordem-2022)** Aline, advogada inscrita na OAB, poderá praticar validamente, durante o período em que estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão, o seguinte ato:

- impetrar habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça.
- visar ato constitutivo de cooperativa, para que seja levado a registro.
- complementar parecer que elaborara em resposta à consulta jurídica.
- interpor recurso com pedido de reforma de sentença que lhe foi desfavorável em processo no qual atuava em causa própria.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** a suspensão acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.

**Alternativa “a”.** A impetração de habeas corpus, em qualquer instância ou tribunal, não se inclui na atividade privativa de advocacia, logo a situação profissional do advogado suspenso não resulta em sua nulidade (Lei nº 8.906/94, arts. 1º, I, §1º, 4º, parágrafo único, e 37, §1º).

**Alternativa “b”.** Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados sem suspensão (Lei nº 8.906/94, art. 1º, §2º).

**Alternativa “c”.** As atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser realizadas por advogados não suspensos (Lei nº 8.906/94, art. 1º, II).

**Alternativa “d”.** A postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais, sob pena de nulidade, só pode ser feita por advogado não suspenso (Lei nº 8.906/94, art. 1º, I).

**Alternativa correta: letra “a”.**

**09. (FGV- XXXIV Exame de Ordem-2022)** Determinada sociedade de advogados sustenta que os serviços por ela prestados são considerados de notória especialização, para fins de contratação com a Administração Pública.

Sobre tal conceito, nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- Todas as atividades privativas da advocacia são consideradas como serviços de notória especialização, tratando-se de atributo da atuação técnica do advogado, não extensível à sociedade de advogados.
- Todas as atividades privativas da advocacia são consideradas como serviços de notória especialização, conceito que se estende à atuação profissional do advogado ou da sociedade de advogados.
- Apenas exercem serviços de notória especialização o advogado ou a sociedade de advogados cujo trabalho seja possível inferir ser essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- Apenas exercem serviços de notória especialização o advogado cujo trabalho seja possível inferir ser essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, tratando-se de atributo da atuação técnica do advogado, não extensível à sociedade de advogados.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização.

**Alternativa “c” (responde as demais alternativas).** Considera-se notória especialização o profissional OU a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato (Lei nº 8.906/94, art. 3º-A, parágrafo único).

**Alternativa correta: letra “c”.**

**10. (FGV – Exame de Ordem – 2021.2)** Anderson, advogado, decidiu renunciar ao mandato outorgado por Adriana. Nessa hipótese, segundo o Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar que Anderson continuará a representar Adriana por

- 10 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que Adriana constitua novo advogado antes desse prazo.
- 15 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que Adriana constitua novo advogado antes desse prazo.
- 15 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se Adriana constituir novo advogado antes desse prazo.
- 10 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se Adriana constituir novo advogado antes desse prazo.

## † QUESTÕES

### 1. PARTE GERAL

#### 1.1. DAS PESSOAS NATURAIS

##### 1.1.1. DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

**01. (FGV – Oficial de Justiça – TJ – RS/2020)** Maria, grávida de 5 meses, preocupa-se com a proteção dos direitos do seu futuro bebê. O marido de Maria, pai da criança, está hospitalizado em quadro de saúde gravíssimo e a relação de Maria com a família do seu marido não é harmoniosa. A afirmação que melhor reflete a situação do nascituro é:

- (a) nascituro goza de proteção jurídica;
- (b) nascituro tem personalidade civil plena;
- (c) nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- (d) embrião e nascituro têm o mesmo tratamento legal;
- (e) material genético humano congelado é um nascituro.

#### COMENTÁRIOS

🔄 **Nota da autora: Sobre a situação jurídica do nascituro, há três correntes doutrinárias: A) Teoria natalista: não considera o nascituro como pessoa humana. Para essa teoria, a personalidade começa a partir do nascimento com vida. B) Teoria da personalidade condicional: essa teoria considera o nascituro como pessoa SE ele nascer com vida. C) Teoria concepcionista: considera o nascituro como pessoa humana desde a concepção (é a que prevalece atualmente).**

**Alternativa “a”.** O nascituro goza de proteção jurídica. Nesse sentido, o art. 2º do CC determina que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. É a alternativa correta.

**Alternativa “b”.** O art. 2º do CC determina que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida.

**Alternativa “c”.** O nascituro é sim titular de direitos subjetivos, pois o art. 2º do CC põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Tem o nascituro, por exemplo, legitimidade para suceder, pois o art. 1.798 do CC dispõe que se legitimam a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

**Alternativa “d”.** Há polêmica na doutrina sobre a equivalência entre o embrião e o nascituro. A questão adotou a teoria de que o embrião não está em situação jurídica idêntica à do nascituro.

**Alternativa “e”.** Material genético humano congelado não é um nascituro, pois ainda não houve concepção.

**Alternativa correta: letra “a”.**

##### 1.1.2. DA EMANCIPAÇÃO

▶ CC, art. 5º.

**02. (FGV – Exame de Ordem 2020.1)** Márcia, adolescente com 17 anos de idade, sempre demonstrou uma maturidade muito superior à sua faixa etária. Seu maior objetivo profissional é o de tornar-se professora de História e, por isso, decidiu criar um canal em uma plataforma on-line, na qual publica vídeos com aulas por ela própria elaboradas sobre conteúdos históricos. O canal tornou-se um sucesso, atraindo multidões de jovens seguidores e despertando o interesse de vários patrocinadores, que começaram a procurar a jovem, propondo contratos de publicidade. Embora ainda não tenha obtido nenhum lucro com o canal, Márcia está animada com a perspectiva de conseguir custear seus estudos na Faculdade de História se conseguir firmar alguns desses contratos. Para facilitar as atividades da jovem, seus pais decidiram emancipá-la, o que permitirá que celebre negócios com futuros patrocinadores com mais agilidade.

Sobre o ato de emancipação de Márcia por seus pais, assinale a afirmativa correta.

- a) Depende de homologação judicial, tendo em vista o alto grau de exposição que a adolescente tem na internet.
- b) Não tem requisitos formais específicos, podendo ser concedida por instrumento particular.
- c) Deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Naturais.
- d) É nulo, pois ela apenas poderia ser emancipada caso já contasse com economia própria, o que ainda não aconteceu.

#### Comentário

**Alternativa “a”, “b”, “c” e “d”.** A história narrada no enunciado é caso típico de emancipação por vontade ou concessão dos pais. Nesse tipo de emancipação, são os pais que concedem ao menor, com 16 anos completos, a capacidade para os atos da vida civil, sendo indispensável qualquer interferência judicial. A única formalidade exigida é que a emancipação concedida pelos pais seja formalizada por instrumento público, no respectivo cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais. Assim determina a lei civil, em seu art. 5º, Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;”

**Alternativa correta: letra “c”.**

**03. (FGV/OAB/XXX\_Exame – 2019)** Alberto, adolescente, obteve autorização de seus pais para casar-se aos dezesseis anos de idade com sua namorada Gabriela. O casal viveu feliz nos primeiros meses de casamento, mas, após certo tempo de convivência, começaram a ter constantes desavenças. Assim, a despeito dos esforços de ambos para que o relacionamento progredisse, os dois se divorciaram pouco mais de um ano após o casamento. Muito frustrado, Alberto decidiu reunir algumas economias e adquiriu um pacote turístico para viajar pelo mundo e tentar esquecer o ocorrido.

Considerando que Alberto tinha dezessete anos quando celebrou o contrato com a agência de turismo e que o fez sem qualquer participação de seus pais, o contrato é

- válido, pois Alberto é plenamente capaz.
- nulo, pois Alberto é absolutamente incapaz.
- anulável, pois Alberto é relativamente incapaz.
- ineficaz, pois Alberto não pediu a anuência de Gabriela.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** o contrato celebrado por Alberto é válido, considerando que a emancipação, em regra, é irrevogável, mesmo depois do divórcio, a sua capacidade civil permanece e, portanto, pode celebrar contrato sem a assistência dos pais. O art. 5º, par. ún., inc. II do CC: “A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: II – pelo casamento.

**Alternativa “b”:** Alberto não seria absolutamente incapaz, ainda que não tivesse obtido a emancipação, pois já conta com mais de 16 anos de idade, e a incapacidade absoluta só atinge quem não completou essa idade. Assim, dispõe o art. 3º, do CC: “São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.”

**Alternativa “c”:** Alberto não é relativamente incapaz, considerando que obteve a emancipação por meio do casamento, tornou-se capaz para os efeitos civis. A emancipação é irrevogável, ainda que a sua causa deixe de existir, ou seja, mesmo com o divórcio de Alberto, ele continua emancipado.

**Alternativa “d”:** Não há qualquer razão legal para que Alberto, necessite da anuência de Gabriela para realizar o contrato em questão.

**Alternativa Correta: letra “a”.**

**04. (FGV – Titular de Serviço de Notas e Registros – TJ – SC/2021)** Ricardo, 16 anos completos, recebeu autorização dos pais para se casar civilmente, o que ocorreu dois meses após a autorização. Juliana tem 17 anos completos e é contratada pela Companhia de Papéis Brasileira e, com seu salário, já possui economia própria. Estevão tem 17 anos completos e estuda medicina. De acordo com as informações prestadas, são considerados emancipados apenas:

- Juliana;
- Juliana e Estevão;
- Ricardo e Estevão;
- Ricardo e Juliana;
- Estevão.

#### COMENTÁRIOS

☉ **Nota da autora:** A questão exige conhecimento sobre as hipóteses de emancipação. O art. 5º, parágrafo único, do CC prevê que cessará, para os menores, a incapacidade: A) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial (emancipação voluntária), ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos (emancipação judicial); B) pelo casamento (emancipação legal matrimonial); C) pelo exercício de emprego público efetivo (emancipação legal); D) pela colação de grau em curso de ensino superior (emancipação legal); E) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria (emancipação legal). Importante destacar

que o menor emancipado continua sendo menor, pois a emancipação apenas antecipa os efeitos da maioridade para a vida civil. A emancipação é definitiva, irrevogável e irrevogável.

**Alternativas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.** Ricardo é considerado emancipado, pois o casamento é causa legal de emancipação (art. 5º, parágrafo único, II, do CC). Por sua vez, Juliana possui relação de emprego que lhe garantiu economia própria, então também é considerada emancipada pela lei (art. 5º, parágrafo único, V, do CC). Por outro lado, considerando que Estevão ainda não colou grau no ensino superior, ainda não foi emancipado, permanecendo como relativamente incapaz para a prática dos atos da vida civil (art. 4º, I, do CC). Portanto, somente Ricardo e Juliana são considerados emancipados.

**Alternativa correta: letra “d”.**

**05. (FGV – Técnico Judiciário – TJ – RO/2021)** Três irmãos pretendem comprar juntos um automóvel: Caio, 20 anos, pessoa com leve deficiência mental; Joana, 16 anos, graduada em Turismo; e Natália, 17 anos, casada civilmente com Jorge.

Para a celebração do negócio, deve-se levar em conta que Caio, Joana e Natália são, respectivamente:

- absolutamente capaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz;
- absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz;
- relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- absolutamente incapaz, absolutamente capaz e relativamente incapaz;
- relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.

#### COMENTÁRIOS

☉ **Nota da autora:** A questão exige conhecimento sobre as hipóteses de emancipação. O art. 5º, parágrafo único, do CC prevê que cessará, para os menores, a incapacidade: A) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial (emancipação voluntária), ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos (emancipação judicial); B) pelo casamento (emancipação legal matrimonial); C) pelo exercício de emprego público efetivo (emancipação legal); D) pela colação de grau em curso de ensino superior (emancipação legal); E) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria (emancipação legal).

**Alternativa “a”.** É a alternativa correta. O art. 6º da Lei nº 13.146/15 determina que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa. Assim, Caio é absolutamente capaz. O art. 5º, parágrafo único, IV, do CC estabelece que a incapacidade dos menores será cessada pela colação de grau em curso de ensino superior, como é o caso de Joana, que é graduada em Turismo e, por isso, é absolutamente capaz. Por fim, o art. 5º, parágrafo único, II, do CC dispõe que a incapacidade dos menores será cessada pelo casamento. Como Natália se casou com Jorge, também é absolutamente capaz.

**Alternativa “b”.** Caio e Natália também são absolutamente capazes. O art. 6º da Lei nº 13.146/15 determina que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

# Direito Processual Civil

Luciano Alves Rossato e  
Alessandra Izidoro

## † QUESTÕES

### 1. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**01. (FGV – Exame de Ordem XXXVI – 2022)** Olívia e José foram casados por 15 anos e tiveram duas filhas, Maria Eduarda, com 9 anos, e Maria Luiza, com 6.

A manutenção do casamento não é mais da vontade do casal, razão pela qual decidiram se divorciar, propondo Olívia ação judicial para tanto. Porém, preocupados em manter a harmonia da família, o casal entendeu que o melhor caminho para resolver as questões legais atinentes à guarda, à visitação e aos alimentos das filhas seria a mediação.

Sobre a mediação judicial a ser realizada no presente caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Os mediadores que atuarão no caso deverão estar inscritos em cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, que manterá o registro dos profissionais habilitados.
- b) A mediação, meio de solução da controvérsia escolhido por Olívia e José, deverá seguir exclusivamente as regras procedimentais previstas em lei.
- c) O mediador que atuar no caso fica impedido pelo prazo de 2 anos, contados do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- d) A escolha da mediação por Olívia e José é correta, pois o mediador atuará nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes.

#### COMENTÁRIOS

🔗 **Notas do autor:** os conciliadores, os mediadores e as câmaras privadas de conciliação e mediação serão inscritos em cadastro nacional e em cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, que manterá registro de profissionais habilitados, com indicação de sua área profissional (art. 167, *caput*, CPC).

Gabarito: letra A.

**02. (FGV – XXXV Exame de Ordem-2022)** No âmbito de um contrato de prestação de serviços celebrado entre as sociedades empresárias Infraestrutura S.A. e Campo Lindo S.A., foi prevista cláusula compromissória arbitral, na qual as partes acordaram que qualquer litígio de natureza patrimonial decorrente do contrato seria submetido a um tribunal arbitral.

Surgido o conflito, e havendo resistência de Infraestrutura S.A. quanto à instituição da arbitragem, assinale a opção que representa a conduta que pode ser adotada por Campo Lindo S.A.

- a) Campo Lindo S.A. pode adotar medida coercitiva, mediante autorização do tribunal arbitral, para que Infraestrutura

S.A. se submeta forçosamente ao procedimento arbitral, em respeito à cláusula compromissória firmada no contrato de prestação de serviço.

- b) Campo Lindo S.A. pode submeter o conflito à jurisdição arbitral, ainda que sem participação de Infraestrutura S.A., o qual será considerado revel e contra si presumir-se-ão verdadeiras todas as alegações de fato formuladas pelo requerente Campo Lindo S.A.
- c) Campo Lindo S.A. pode requerer a citação de Infraestrutura S.A. para comparecer em juízo no intuito de lavrar compromisso arbitral, designando o juiz audiência especial com esse fim.
- d) Campo Lindo S.A. pode ajuizar ação judicial contra Infraestrutura S.A., para que o Poder Judiciário resolva o mérito do conflito decorrente do contrato de prestação de serviço celebrado entre as partes.

#### COMENTÁRIOS

🔗 **Notas do autor:** Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim. Para tanto, o autor indicará, com precisão, o objeto da arbitragem, instruindo o pedido com o documento que contiver a cláusula compromissória. Comparecendo as partes à audiência, o juiz tentará, previamente, a conciliação acerca do litígio. Não obtendo sucesso, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral. Não concordando as partes sobre os termos do compromisso, decidirá o juiz, após ouvir o réu, sobre seu conteúdo, na própria audiência ou no prazo de dez dias, respeitadas as disposições da cláusula compromissória. Se a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, caberá ao juiz, ouvidas as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio. A ausência do autor, sem justo motivo, à audiência designada para a lavratura do compromisso arbitral, importará a extinção do processo sem julgamento de mérito. Não comparecendo o réu à audiência, caberá ao juiz, ouvido o autor, estatuir a respeito do conteúdo do compromisso, nomeando árbitro único. A sentença que julgar procedente o pedido valerá como compromisso arbitral (art. 7º, Lei nº 9.307/1997).

Gabarito: letra C.

**03. (FGV – Defensor Público – DPE – MS/2022)** No tocante à arbitragem, é correto afirmar que:

- a) a arbitragem que envolva a administração pública será de direito ou por equidade, devendo respeitar o princípio da publicidade;
- b) o compromisso arbitral é a convenção por meio da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato;

## → QUESTÕES

### 1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO, DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

**01. (FGV – XXXV Exame de Ordem-2022.2)** No Preâmbulo da Constituição do Estado Alfa consta:

“Nós, Deputados Estaduais Constituintes, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo artigo 11 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, reunidos em Assembleia, no pleno exercício do mandato, de acordo com a vontade política dos cidadãos deste Estado, dentro dos limites autorizados pelos princípios constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente Constituição do Estado Alfa.”

Diante de tal fragmento e de acordo com a teoria do poder constituinte, o ato em tela deve ser corretamente enquadrado como forma de expressão legítima do poder constituinte

- a) originário.
- b) derivado difuso.
- c) derivado decorrente.
- d) derivado reformador.

#### COMENTÁRIOS

Alternativa “c” (Responde todas as alternativas): A edição de Constituições estaduais diz respeito ao poder constituinte derivado decorrente. Não se trata do poder constituinte originário (edição de constituição da república); derivado reformador (edição de emendas constitucionais); derivado difuso (ocorrência de mutações constitucionais) ou mesmo derivado revisor (revisões constitucionais, já exauridas).

**02. (FGV – Exame de Ordem 2018.2)** José leu, em artigo jornalístico veiculado em meio de comunicação de abrangência nacional, que o Supremo Tribunal Federal poderia, em sede de ADI, reconhecer a ocorrência de mutação constitucional em matéria relacionada ao meio ambiente. Em razão disso, ele procurou obter maiores esclarecimentos sobre o tema. No entanto, a ausência de uma definição mais clara do que seria “mutação constitucional” o impediu de obter um melhor entendimento sobre o tema.

Com o objetivo de superar essa dificuldade, procurou Jonas, advogado atuante na área pública, que lhe respondeu, corretamente, que a expressão “mutação constitucional”, no âmbito do sistema jurídico-constitucional brasileiro, refere-se a um fenômeno

- a) concernente à atuação do poder constituinte derivado reformador, no processo de alteração do texto constitucional.
- b) referente à mudança promovida no significado normativo constitucional, por meio da utilização de emenda à Constituição.

- c) relacionado à alteração de significado de norma constitucional sem que haja qualquer mudança no texto da Constituição Federal.
- d) de alteração do texto constitucional antigo por um novo, em virtude de manifestação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “c” (responde todas as demais alternativas):** Segundo José Afonso da Silva, **reforma é gênero**, e tem como espécies: emenda (mudança pontual) e revisão (modificação mais amplas). Alguns autores também apontam a **mutação constitucional** como um procedimento não formal de reforma ou mudança da Constituição. De forma mais detalhada, mutação constitucional é um processo não formal de mudança da Constituição em que o texto constitucional permanece inalterado, modificando-se apenas o significado e o sentido interpretativo de determinada norma constitucional. Em outras palavras: na mutação, altera-se a interpretação sobre o texto da Constituição, chegando-se a norma com sentido novo. O exemplo mais famoso é a interpretação do STF sobre o conceito de casa, do art. 5º, XI, da CF, para dizer que inclui também escritórios profissionais, hotéis, motéis, pensões e congêneres. Segundo Luís Roberto Barroso, a mutação constitucional pode ocorrer por interpretação, pela atuação do legislador e por via de costume. A mutação constitucional por via de interpretação “consiste na mudança de sentido da norma, em contraste com entendimento preexistente”. Já a mutação pela atuação do legislador ocorrerá “quando, por ato normativo primário, procurar-se modificar a interpretação que tenha sido dada a alguma norma constitucional. É possível conceber que, ensejando a referida norma mais de uma leitura possível, o legislador opte por uma delas, exercitando o papel que lhe é próprio, de realizar escolhas políticas. A mutação terá lugar se, vigendo um determinado entendimento, a lei vier a alterá-lo. Suponha-se, por exemplo, que o § 3º do art. 226 da Constituição – que reconhece a união estável entre homem e mulher como entidade familiar – viesse a ser interpretado no sentido de considerar vedada a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Se a lei ordinária vier a disciplinar esta última possibilidade, cancelando as uniões homoafetivas, terá modificado o sentido que vinha sendo dado à norma constitucional”. Por fim, a mutação por costume é aquela que altera uma prática historicamente considerada válida. “Há outro exemplo expressivo contemporâneo, relacionado com as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Nos últimos anos, uma prática política persistente expandiu os poderes dessas comissões e redefiniu suas competências. Passou-se a admitir, pacificamente, a determinação de providências que antes eram rejeitadas pela doutrina e pela jurisprudência, aí incluídas a quebra de sigilos bancários, telefônico e fiscais” (BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 128-135).

**03. (FGV – Exame de Ordem 2018.2)** Uma nova Constituição é promulgada, sendo que um grupo de parlamentares mantém

# Direito Administrativo

Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino

## ✦ QUESTÕES

### 1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- ▶ CF, art. 37, caput
- ▶ Lei nº 9.784/99, art. 2º

**01. (FGV – Exame de Ordem 2023.2)** Ariquemes é servidor público federal e vem cumprindo diligentemente com as obrigações estabelecidas em lei para obter sua progressão funcional e assim aumentar sua remuneração. Os critérios para tanto estão estabelecidos em lei, são de caráter objetivo, mediante pontuação a ser adquirida pelo servidor, sendo certo que o provimento derivado em questão é ato vinculado.

O mencionado servidor acredita ter cumprido todos os requisitos estabelecidos na aludida lei, mas foi surpreendido com o indeferimento de sua progressão, sob o fundamento de que não alcançou a pontuação necessária.

Em razão disso, com fulcro na Lei no 12.527/11, Ariquemes pleiteou acesso às informações que levaram a tal conclusão da Administração, que considera flagrantemente equivocada. Contudo, o fornecimento dos dados foi negado sob o fundamento de que não há interesse público na respectiva divulgação.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- O preenchimento dos requisitos previstos em lei não confere a Ariquemes o direito subjetivo à progressão almejada.
- As informações pleiteadas constituem atos internos da Administração e, portanto, são informação reservada, protegida por sigilo.
- O fornecimento dos dados pessoais pretendido por Ariquemes submete-se à discricionariedade da Administração, que atuou nos limites da lei.
- Ariquemes tem direito ao acesso a tais dados, considerando que este direito compreende as atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas a sua organização e serviços.

#### COMENTÁRIO

🔗 **Nota do autor:** A Lei de Acesso à Informação vem para regulamentar o art. 5º, XXXIII, o art. 37, § 3º, II e o art. 216, § 2º, todos da Constituição Federal, trazendo contornos mais detalhados ao princípio da publicidade e aplica-se à Administração Pública em todas as esferas.

**Alternativa “a”.** Em se tratando de **ato vinculado**, como mencionado no enunciado, o preenchimento dos requisitos previstos em lei **confere** a Ariquemes o direito subjetivo à progressão almejada.

**Alternativa “d” (responde as alternativas “b” e “c”).** Na forma do art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011, o acesso à informação

de que trata a lei compreende, entre outros, o direito a obter “informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços”.

**Alternativa correta: letra “d”**

### 02. (FGV – Técnico Judiciário – Área Judiciária – TJ – CE/2019)

O Supremo Tribunal Federal inibe a aplicação de severas sanções a entidades federativas por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos do novo gestor, a fim de não dificultar sua governabilidade, caso esteja tomando as providências necessárias para sanar o prejuízo causado pela gestão anterior. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata-se da aplicação do princípio da administração pública da:

- impessoalidade diferida das sanções;
- continuidade mitigada do gestor;
- responsabilidade subsidiária do gestor;
- intranscendência subjetiva das sanções;
- segurança jurídica objetiva.

#### COMENTÁRIO

🔗 **Nota do Autor:** O Supremo Tribunal Federal tem entendimento consolidado no sentido de não ser possível penalizar aquele que não foi diretamente responsável pelos fatos, de tal sorte que a eventual manutenção de ente federativo nos cadastros de devedores pode inviabilizar tentativas posteriores de solução de dificuldades financeiras. Neste sentido, por exemplo, é a [ACO nº 3.234](#).

**Alternativa “d” (responde as demais alternativas).** No julgamento do caso concreto, o Relator Min. Luiz Fux determinou a retirada da inscrição do Estado do ES dos cadastros federais de restrição, que se deu em razão de descumprimento de prestações de contas por gestões anteriores. Neste sentido, à luz da aplicação do **princípio da intranscendência subjetiva das sanções**, o STF inibiu a aplicação de penas severas à Administração Pública por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos.

### 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR

- ▶ CF, art. 37, XIX, XX e § 8º
- ▶ CF, art. 173 e 175
- ▶ Decreto-Lei nº 200/67
- ▶ Decreto-Lei nº 900/69, art. 5º
- ▶ Lei nº 9.649/98, art. 51
- ▶ Lei nº 11.107/05
- ▶ Lei nº 9.637/98
- ▶ Lei nº 9.790/99

## ← QUESTÕES

### 1. LEI PENAL

**01. (FGV – Técnico Judiciário – TJ – RO/2021)** Quanto à interpretação da norma penal incriminadora, fica vedada a realização de:

- a) interpretação declarativa;
- b) interpretação restritiva;
- c) interpretação analógica;
- d) interpretação extensiva;
- e) analogia in malam partem.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** no que concerne à interpretação da lei **quanto ao resultado**, a forma **declarativa ou declaratória** é aquela em que a letra da lei corresponde exatamente àquilo que o legislador quis dizer, nada suprimindo, nada adicionando.

**Alternativa “b”:** ainda **quanto ao resultado**, temos a **interpretação restritiva**, que reduz o alcance das palavras da lei para que corresponda à vontade do texto (*lex plus dixit quam voluit*).

**Alternativa “c”:** na forma de **interpretação analógica (ou intra legem)**, a lei, atendendo ao princípio da legalidade, detalha as situações que pretende regular e, posteriormente, permite que situações semelhantes também sejam abrangidas no dispositivo. É o que ocorre, por exemplo, no artigo 121, §2º, I, do Código Penal, que dispõe ser qualificado o homicídio quando cometido “mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe”. Percebe-se que o legislador fornece uma fórmula casuística (“mediante paga ou promessa”) e, em seguida, apresenta uma fórmula genérica (“ou por outro motivo torpe”).

**Alternativa “d”:** também na interpretação **quanto ao resultado**, temos a **extensiva**, que amplia o alcance das palavras da lei para que corresponda à vontade do texto (*lex minus dixit quam voluit*). Há certa controvérsia se esta forma de interpretação pode ser promovida em prejuízo do réu. Para Guilherme de Souza Nucci é indiferente se a interpretação extensiva beneficia ou prejudica o réu, “pois a tarefa do intérprete é conferir aplicação lógica ao sistema normativo, evitando-se contradições e injustiças” (*Manual de Direito Penal*, 6ª ed. São Paulo: RT, 2009, p. 91-92). Luiz Regis Prado, citando nosso Código Penal, dá alguns exemplos: “o art. 130 do Código Penal (perigo de contágio venéreo) inclui não só o perigo, mas também o próprio contágio de moléstia grave; no art. 168 (apropriação indébita), a expressão “coisa alheia” inclui a coisa comum; o art. 235 (bigamia) refere-se não apenas à bigamia, mas também à poligamia; o art. 260 (perigo de desastre ferroviário) envolve, além do serviço ferroviário, o serviço de metrô” (*Curso de Direito Penal Brasileiro*, 17ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019, p. 72). Em sentido contrário, temos **jurisprudência** que, socorrendo-se do princípio *in dubio pro reo*, limita a sua aplicação às normas

não incriminadoras (**STJ, REsp 476.315/DF, DJe 22/02/2010**). Temos, no entanto, no mesmo tribunal, exemplos de interpretação extensiva contra o réu, como ocorre no caso do art. 41 da Lei 11.340/06, que veda a aplicação da Lei 9.099/95 “aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher”. O tribunal firmou o entendimento de que, não obstante a lei mencione apenas os crimes, as contravenções estão abrangidas pela vedação (**STJ, RHC 88.515/RJ, DJe 30/05/2018**).

**Alternativa “e”:** as modalidades de interpretação extensiva e analógica não se confundem com a **analogia**. Nesse caso, ao contrário dos anteriores, parte-se do pressuposto de que não existe uma lei a ser aplicada ao caso concreto, motivo pelo qual é preciso socorrer-se de previsão legal empregada a outra situação similar. Em respeito ao princípio da reserva legal, a regra é a vedação do emprego da analogia no âmbito penal. Mas a **doutrina é uníssona** ao permitir esse recurso integrativo se há certeza de que sua aplicação favorece o réu (analogia *in bonam partem*) e de fato há lacuna legal a ser preenchida.

**Alternativa correta: letra “e”.**

### 2. LEI PENAL NO TEMPO

**02. (FGV – Exame de Ordem 2020.1)** André, nascido em 21/11/2001, adquiriu de Francisco, em 18/11/2019, grande quantidade de droga, com o fim de vendê-la aos convidados de seu aniversário, que seria celebrado em 24/11/2019. Imediatamente após a compra, guardou a droga no armário de seu quarto.

Em 23/11/2019, a partir de uma denúncia anônima e munidos do respectivo mandado de busca e apreensão deferido judicialmente, policiais compareceram à residência de André, onde encontraram e apreenderam a droga que era por ele armazenada. De imediato, a mãe de André entrou em contato com o advogado da família.

Considerando apenas as informações expostas, na Delegacia, o advogado de André deverá esclarecer à família que André, penalmente, será considerado

- a) inimputável, devendo responder apenas por ato infracional análogo ao delito de tráfico, em razão de sua menoridade quando da aquisição da droga, com base na Teoria da Atividade adotada pelo Código Penal para definir o momento do crime.
- b) inimputável, devendo responder apenas por ato infracional análogo ao delito de tráfico, tendo em vista que o Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade para definir o momento do crime.
- c) imputável, podendo responder pelo delito de tráfico de drogas, mesmo adotando o Código Penal a Teoria da Atividade para definir o momento do crime.
- d) imputável, podendo responder pelo delito de associação para o tráfico, que tem natureza permanente, tendo em vista que o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir o momento do crime.



# Direito Processual Penal

Danilo da Cunha Sousa e  
Alessandra Izidoro

## ✦ QUESTÕES

### 1. DISPOSIÇÕES INICIAIS DO PROCESSO PENAL

**01. (FGV – Exame de Ordem 2020.1)** Durante longa investigação, o Ministério Público identificou que determinado senador seria autor de um crime de concussão no exercício do mandato, que teria sido praticado após sua diplomação. Com o indiciamento, o senador foi intimado a, se fosse de sua vontade, prestar esclarecimentos sobre os fatos no procedimento investigatório. Preocupado com as consequências, o senador procurou seu advogado para esclarecimentos.

Considerando apenas as informações narradas e com base nas previsões constitucionais, o advogado deverá esclarecer que

- o Ministério Público não poderá oferecer denúncia em face do senador sem autorização da Casa Legislativa, pois a Constituição prevê imunidade de natureza formal aos parlamentares.
- a denúncia poderá ser oferecida e recebida, assim como a ação penal ter regular prosseguimento, independentemente de autorização da Casa Legislativa, que não poderá determinar a suspensão do processo, considerando que o crime imputado é comum, e não de responsabilidade.
- a denúncia não poderá ser recebida pelo Poder Judiciário sem autorização da Casa Legislativa, em razão da imunidade material prevista na Constituição, apesar de poder ser oferecida pelo Ministério Público independentemente de tal autorização.
- a denúncia poderá ser oferecida e recebida independentemente de autorização parlamentar, mas deverá ser dada ciência à Casa Legislativa respectiva, que poderá, seguidas as exigências, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** O Senador da República, depois da diplomação, pode ser denunciado pelo Ministério Público, independentemente de prévia autorização do Senado. Assim, o Ministério Público deve oferecer a denúncia ao STF, o qual pode rejeitá-la ou recebê-la. Caso recebida a denúncia pelo STF, este comunica a Casa respectiva do Congresso Nacional, no caso, o Senado, o qual, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (art. 53, § 3º, CF/88).

**Alternativa “b”:** O Senado Federal, depois de tomar ciência do recebimento da denúncia pelo STF, poderá determinar a suspensão do processo, desde que por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros (art. 53, § 3º, CF/88).

**Alternativa “c”:** A imunidade material dos Congressistas se relaciona a fatos decorrentes de quaisquer de suas opiniões, palavras e votos (art. 53, “caput”, CF/88). Já a imunidade formal dos Congressistas consiste, no que tange ao trâmite processual,

à possibilidade de suspensão do processo pela Casa Legislativa, depois de comunicada do recebimento da denúncia pelo STF, mediante iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (art. 53, § 3º, CF/88).

**Alternativa “d”:** Nos termos do art. 53, § 3º, CF/88, o Ministério pode oferecer a denúncia, independentemente, da anuência da Casa Legislativa. Oferecida a denúncia, cabe ao STF fazer juízo de recebimento ou rejeição da peça inicial. Recebida a denúncia, o STF dá ciência à Casa Legislativa respectiva do Congressista, a qual poderá suspender o andamento do processo, até a decisão final, **por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros.**

**Alternativa correta: letra “d”.**

**02. (FGV – Promotor de Justiça – MPE – GO/2022)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a razoável duração do processo deve ser aferida à luz das particularidades do caso concreto, levando-se em consideração o número de réus, a quantidade de testemunhas a serem inquiridas, a necessidade de expedição de cartas precatórias, a natureza e a complexidade dos delitos imputados, assim como a atuação das partes.

A Corte Suprema admite, ainda, como fator legitimador da duração razoável do processo:

- a existência de sentença condenatória com imposição de acentuada reprimenda;
- a contagem aritmética dos prazos legais em confronto com o desenvolvimento do processo;
- o excesso de trabalho a cargo do órgão do Poder Judiciário responsável pelo julgamento;
- a limitação estrutural do órgão do Poder Judiciário responsável pelo julgamento;
- a gravidade em abstrato dos delitos imputados ao réu, independentemente da homogeneidade.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** É a alternativa correta. O STF admitiu como fator legitimador da duração razoável do processo a existência de sentença condenatória com imposição de acentuada reprimenda: **“No presente caso, a existência de sentença condenatória com imposição de acentuada reprimenda é fator que não pode ser ignorado no exame da matéria. Afinal, trata-se de processo-crime complexo, voltado para apuração no âmbito da Operação Cardume, dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, envolvendo 28 denunciados, com diversos defensores, que resultou na aplicação da pena de 197 anos, 10 meses e 18 dias de reclusão. (HC 141.423/MS, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 19/09/2017).**

**Alternativa “b”:** O excesso de prazo não se realiza de forma puramente matemática.

## → QUESTÕES

### 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

#### 1.1. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Art. 625-A ao 625-H, CLT

**01. (FGV – Exame de Ordem 2013.2)** Félix trabalhou na empresa Só Patinhas Pet Shop de 03.01.2011 a 15.06.2011, quando recebeu aviso prévio indenizado. Em 10.07.2013 procurou a comissão de conciliação prévia de sua categoria, reclamando contra a ausência de pagamento de algumas horas extras. A sessão foi designada para 20.07.2013, mas a empresa não compareceu. Munido de declaração neste sentido, Félix ajuizou reclamação trabalhista em 22.07.2013 postulando as referidas horas extraordinárias. Em defesa, a ré arguiu prescrição bienal.

A partir dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- Ocorreu prescrição porque a ação foi ajuizada após dois anos do rompimento do contrato.
- Não se cogita de prescrição no caso apresentado, pois com o ajuizamento da demanda perante a Comissão de Conciliação Prévia, o prazo prescricional foi suspenso.
- Está prescrito porque o período do aviso prévio não é computado para a contagem de prescrição, pois foi indenizado, e a apresentação de demanda na Comissão de Conciliação Prévia não gera qualquer efeito.
- Não se cogita de prescrição no caso apresentado, pois com o ajuizamento da demanda perante a Comissão de Conciliação Prévia, o prazo foi interrompido.

#### COMENTÁRIOS

📌 **Nota do autor:** A questão aborda o tema da Comissão de Conciliação Prévia. Ademais, apresenta maior grau de complexidade, uma vez que exigia conhecimentos específicos do tema, do termo inicial após o aviso-prévio e do cômputo do prazo prescricional.

**Alternativa “b”.** Comentário serve para as demais alternativas, uma vez que versam sobre o mesmo assunto. “O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo previsto no art. 625-F” (**art. 625-G, CLT**). Inicialmente, cumpre destacar que o termo inicial do prazo prescricional de Félix ocorreu com o término do prazo do aviso-prévio. Em que pese o aviso tenha sido indenizado, o prazo de 30 dias a que Félix teria direito é computado para o início da contagem do prazo prescricional, ou seja, no dia 15.07.2011. Nesse sentido, a **Orientação Jurisprudencial nº 82 da SDI-I do TST:** “A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado”.

Com isso, no dia 10.07.2013, Félix ainda tinha o prazo de 5 dias para ajuizar a reclamação trabalhista antes que ocorresse

a prescrição bienal. No entanto, a partir dessa data, o prazo prescricional foi suspenso com a convocação da Comissão de Conciliação Prévia. Dessa forma, o prazo apenas recomeçou a fluir a partir da tentativa frustrada de negociação, isto é, em 20.07.2013. Tendo em vista que a reclamação foi proposta na data de 22.07.2013, apenas 2 dias após o reinício do prazo prescricional, não se verificou a prescrição bienal trabalhista.

Ressalta-se que, no ano de 2018, o STF decidiu as ADIs de nº 2139, 2160 e 2237, entendendo que a conciliação em Comissão de Conciliação Prévia, prevista no art. 625-D da CLT, não é requisito essencial para propositura da ação trabalhista.

**Alternativa correta: letra “b”.**

#### 1.2. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

**02. (FGV – Exame de Ordem 2020.1)** Gervásia é empregada na Lanchonete Pará desde fevereiro de 2018, exercendo a função de atendente e recebendo o valor correspondente a um salário mínimo por mês. Acerca da cláusula compromissória de arbitragem que o empregador pretende inserir no contrato da empregada, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A inserção não é possível, porque, no Direito do Trabalho, não cabe arbitragem em lides individuais.
- A cláusula compromissória de arbitragem não poderá ser inserida no contrato citado, em razão do salário recebido pela empregada.
- Não há mais óbice à inserção de cláusula compromissória de arbitragem nos contratos de trabalho, inclusive no de Gervásia.
- A cláusula de arbitragem pode ser inserida em todos os contratos de trabalho, sendo admitida de forma expressa ou tácita.

#### COMENTÁRIOS

📌 **Nota do autor:** A questão aborda o tema da arbitragem nas relações de trabalho e exigia que o candidato tivesse conhecimento acerca das modificações trazidas pela Reforma Trabalhista na inclusão do art. 507-A da CLT. Lembre-se de que o empregado “hipersuficiente”, figura criada pela Reforma Trabalhista no art. 444, parágrafo único, da CLT, tem amplos poderes de negociação com seu empregador nas mesmas condições do sindicato da categoria profissional.

**Alternativa “b”.** Comentário responde todas as alternativas. “Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996” (**art. 507-A da CLT**). Com base nos valores previstos para 2023, somente poderá celebrar cláusula compromissória de arbitragem o empregado que tenha remuneração superior a 2 vezes o limite dos benefícios do RGPS, que corresponde a R\$ 15.014,98.

# Direito Processual do Trabalho

Élisson Miessa

## † QUESTÕES

### 1. COMPETÊNCIA

#### 1.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA

**01. (FGV- XXXV Exame de Ordem-2022)** Seu escritório atua exclusivamente na área trabalhista e participará de uma licitação a ser realizada por uma grande empresa pública para escolha de escritórios de advocacia das mais diversas áreas de atuação. Assim sendo, a fim de elaborar a proposta a ser enviada para licitação, você foi incumbido de indicar quais processos seriam da competência da Justiça do Trabalho.

**Diante disso, considerando o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, bem como a Constituição da República Federativa do Brasil, são da competência da Justiça do Trabalho**

- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- as causas que envolvam servidores públicos estatutários e os entes de direito público interno.
- os conflitos de competência instaurados entre juízes do trabalho e juízes de direito da justiça comum estadual.
- as ações que visem a determinar o recolhimento de todas as contribuições previdenciárias oriundas da relação de emprego.

#### COMENTÁRIOS

🔗 **Nota do autor:** A questão aborda a competência em razão da matéria na Justiça do Trabalho, exigindo o conhecimento do art. 114, CF, bem como entendimentos jurisprudenciais do TST e STF.

**Alternativa “a”:** Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (art. 114, inciso VII, CF).

**Alternativa “b”:** O Supremo Tribunal Federal na ADI 3395 entendeu que o art. 114, I, da CF deve ser interpretado no sentido de que a (...) expressão “relação do trabalho” deve excluir os vínculos de natureza jurídico-estatutária, em razão do que a competência da Justiça do Trabalho não alcança as ações judiciais entre o Poder Público e seus servidores. (...).<sup>1</sup> Assim, cabe à Justiça Comum o julgamento das causas derivadas da relação entre o Poder Público e seus servidores, com vínculo estatutário ou jurídico administrativo.

**Alternativa “c”:** Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar originariamente os conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos (art. 105, I, “d”, CF”).

**Alternativa “d”:** De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a Justiça do Trabalho somente é competente para executar as contribuições sociais decorrentes de sentença condenatória em pecúnia que proferir ou objeto de acordo judicial homologado, ou seja, não tem competência na hipótese de sentença meramente declaratória, dando origem à Súmula vinculante nº 53:

A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

Nesse sentido, também declina a Súmula 368, item I, do TST:

*Súmula nº 368 do TST.*

*Descontos previdenciários. Imposto de renda. Competência. Responsabilidade pelo recolhimento. Forma de cálculo. Fato gerador.*

*I – A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.*

No mesmo sentido, dispõe o art. 876, parágrafo único, da CLT, alterado pela Lei nº 13.467/17 (Reforma trabalhista):

*Parágrafo único. A Justiça do Trabalho executará, de ofício, as contribuições sociais previstas na alínea a do inciso I e no inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar.*

Observa-se, portanto, que apenas as contribuições decorrentes de sentença condenatória serão de competência da justiça trabalhista, não cabendo julgar sobre todas as contribuições previdenciárias oriundas da relação de emprego.

**Alternativa correta: letra “A”**

**02. (FGV-Exame de Ordem 2019.2)** Considere as situações a seguir.

- Victor é um artista mirim e precisa de autorização judicial para poder participar de uma peça cinematográfica como ator coadjuvante.
- A empresa FFX Ltda. foi multada por um auditor fiscal do trabalho e deseja anular judicialmente o auto de infração, alegando vícios e nulidades.

1. ADI 3395, Relator(a): Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 15/04/2020, Processo Eletrônico DJe-165, divulg 30-06-2020, public 01-07-2020.

## → QUESTÕES

### 1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CTN, arts. 6º a 15

CF, arts. 145 a 156; 177, § 4º; 195

**01. (FGV – Exame de Ordem 2023.2)** O Estado Alfa alterou, por meio de lei, a contribuição social para custeio do regime próprio de previdência social, cobrada dos seus servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas. José e Márcio são servidores públicos do mesmo órgão estadual, ganhando cada um, respectivamente, a remuneração mensal de 15 mil reais e 10 mil reais. José, ao notar que a alíquota incidente sobre sua remuneração era de 16,5%, ao passo que para Márcio a alíquota era de 14,5%, ficou indignado e, em relação a essa situação diferenciada, resolve contratar você, como advogado(a), para um eventual questionamento judicial.

A respeito da posição de José, assinale a afirmativa correta.

- Nenhum tributo incidente sobre a renda ou proventos poderá ter alíquotas progressivas, sob pena de violar a capacidade contributiva.
- É vedada a adoção de alíquotas progressivas para esta espécie de contribuição social, em respeito ao princípio da capacidade contributiva.
- A progressividade tributária deve ser obrigatoriamente adotada para todos os tributos estaduais, nos termos da CRFB/88, garantindo-se efetividade ao princípio da capacidade contributiva.
- Esta espécie de contribuição social poderá ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição.

#### COMENTÁRIOS

🔗 **Nota do Autor:** A questão aborda como tema central a Reforma Previdenciária aprovada em 2019, através da Emenda Constitucional 103/2019.

**Alternativa “a”:** A alternativa se mostra totalmente equivocada ao generalizar que nenhum tributo incidente sobre a renda ou proventos poderá ter alíquotas progressivas, sob pena de violar a capacidade tributária, primeiro porque a progressividade de alíquotas visa justamente uma maior justiça tributária em reverência da própria capacidade tributária, tributando mais quem tem mais recursos financeiros, segundo porque o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza possui alíquotas progressivas por definição do artigo 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

**Alternativa “b”:** Não há norma constitucional vedando a adoção de alíquotas progressivas para as contribuições sociais destinadas ao regime próprio dos servidores estaduais, municipais ou federais.

**Alternativa “c”:** A afirmação de que a progressividade tributária deve atingir todos os tributos estaduais é completamente equivocada, bastando verificar que o ICMS, principal

tributo estadual não tem previsão constitucional para adotar a progressividade de suas alíquotas, as quais, podem, todavia, serem fixadas de acordo com a seletividade, ou seja, priorizando com alíquotas mais baixas as mercadorias mais essenciais.

**Alternativa “d”:** A partir da Emenda Constitucional 103/2019, que instituiu a nova Reforma Previdenciária, restou modificado o texto do § 1º, do artigo 149, passando referido dispositivo constitucional a prever a possibilidade de se adotar alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões dos servidores públicos.

**Alternativa correta: letra “d”.**

**02. (FGV – Exame de Ordem 2020.1)** A sociedade empresária ABC, concessionária de serviço de transporte público coletivo de passageiros, opera a linha de ônibus 123, que inicia seu trajeto no Município X e completa seu percurso no Município Y, ambos localizados no Estado Z.

Sobre a prestação onerosa desse serviço de transporte, deve incidir

- o ISS, a ser recolhido para o Município X.
- o ISS, a ser recolhido para o Município Y.
- o ICMS, a ser cobrado de forma conjunta pelo Município X e o Município Y.
- o ICMS, a ser recolhido para o Estado em que se localizam o Município X e o Município Y.

#### COMENTÁRIOS

🔗 **Nota do Autor:** Para responder corretamente a esta questão se faz primordial o conhecimento acerca da divisão de competência tributária feita de forma rígida pela Constituição Federal. Isso porque, ao analisarmos os artigos 153 a 156 do Carta Magna, os quais definem os critérios materiais dos impostos de competência de cada ente federado, já se constata uma nítida distinção em relação à tributação do serviço de transporte. Embora o transporte se caracterize com um serviço, ou seja, uma obrigação de fazer, a própria Constituição Federal, em seu artigo 155, inciso II, atribui aos Estados a competência para instituir imposto sobre “operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior”, ou seja, por força constitucional os serviços de transporte, quando se derem entre estados ou entre municípios, serão tributados pelo ICMS, de competência dos Estados. Tal constatação já é suficiente para atestar serem incorretas as alternativas “a” e “b”, que trazem o ISS como imposto incidente sobre o transporte iniciado no Município X e terminado no Município Y, ou seja, um transporte intermunicipal, sobre o qual, como visto, incide o ICMS e não o ISS, cuja incidência é restrita aos transportes municipais, ou seja, ocorrido dentre de um mesmo município. Por sua vez, ciente de que o ICMS é um imposto de competência estadual, não seria possível que sua cobrança fosse realizada por qualquer dos municípios indicados no enunciado da questão, o que afasta a alternativa “c”.

## † QUESTÕES

### 1. EMPRESÁRIO

**01. (FGV – Exame de Ordem 2023.2)** Ainda que o Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, não possa examinar o mérito dos atos dos empresários, sociedades empresárias e cooperativas, limitando-se sua análise aos requisitos formais, existe proibição de arquivamento de documentos em razão de expressa disposição legal.

Assinale a opção que indica o documento que incorre na proibição legal de arquivamento.

- Os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente.
- A prorrogação do contrato social depois de findo o prazo nele fixado.
- A alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, quando não houver cláusula restritiva.
- Os atos constitutivos de empresas mercantis que não designarem o nome do liquidante e a forma de liquidação.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** A questão exigia do(a) candidato(a) conhecimento do texto da lei, precisamente, a Lei 8.934/1994.

**Alternativa correta:** letra “a”.

Tomando por base os dados apresentados pela Banca Examinadora, é correto afirmar que a opção que indica o documento que incorre na proibição legal de arquivamento, está descrita na alternativa “a”. Tal proibição decorre do previsto no inciso V do artigo 35 da Lei 8.934/1994. Nos termos do artigo 35 da referida lei: “Não podem ser arquivados: I – os documentos que não obedecerem às prescrições legais ou regulamentares ou que contiverem matéria contrária aos bons costumes ou à ordem pública, bem como os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato não modificado anteriormente; II – os documentos de constituição ou alteração de empresas mercantis de qualquer espécie ou modalidade em que figure como titular ou administrador pessoa que esteja condenada pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil; III – os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, não designarem o respectivo capital e a declaração de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa; (Redação dada pela Lei 14.195/2021) IV – Revogado pela Lei 14.195/2021; V – os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente; (Redação dada pela Lei 14.195/2021) VI – a alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, quando houver cláusula restritiva; VII – os contratos sociais ou suas alterações em que haja incorporação de imóveis à sociedade, por instrumento particular, quando do instrumento não constar: a) a descrição e identificação do imóvel, sua área, dados relativos à sua titulação, bem como o número da matrícula no Registro Imobiliário; b) a outorga

uxória ou marital, quando necessária; VIII – Revogado pela Lei 13.874/2019.”

**02. (FGV – Exame de Ordem 2023.2)** Marco Araripe pretende iniciar uma empresa em nome próprio e mediante responsabilidade ilimitada pelas obrigações. Antes de realizar sua inscrição na Junta Comercial, Marco Araripe precisa indicar o nome que adotará para o exercício de empresa. Consoante a determinação contida no Código Civil quanto à formação de firma individual, ela deve ser constituída

- pelo nome do empresário, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- pelo nome de fantasia livremente escolhido, aditando-lhe, se quiser, designação do gênero de atividade.
- pelo nome abreviado do empresário ou pelo nome de fantasia, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa.
- em duas partes: a primeira, o nome completo do empresário e, a segunda, o nome de fantasia, sendo vedada a indicação do gênero de atividade.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** A questão exigia do(a) candidato(a) conhecimento do texto da lei.

**Alternativa correta:** letra “a” (responde, também, as demais alternativas). O nome empresarial possui proteção constitucional (art. 5º, XXIX, da CF) e representa o elemento de identificação do empresário no meio empresarial. Há duas modalidades de nome empresarial, a firma e a denominação. Marco Araripe pretende iniciar uma empresa em nome próprio, ou seja, pretende ser empresário individual. Assim sendo, nos termos do art. 1156 do Código Civil, Marco Araripe deverá operar sob firma, constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade. Vale lembrar que o mesmo dispositivo legal foi exigido em 2018 no Exame de Ordem XXVI, revelando que a Banca Examinadora tem predileção por determinados temas, sempre repetindo-os.

**03. (FGV – XXXV Exame de Ordem – 2022)** A fisioterapeuta Alhandra Mogeiro tem um consultório em que realiza seus atendimentos mas atende, também, em domicílio. Doutora Alhandra não conta com auxiliares ou colaboradores, mas tem uma página na Internet exclusivamente para marcação de consultas e comunicação com seus clientes.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- Não se trata de empresária individual em razão do exercício de profissão intelectual de natureza científica, haja ou não a atuação de colaboradores.
- Trata-se de empresária individual em razão do exercício de profissão liberal e prestação de serviços com finalidade lucrativa.

# Direitos Humanos

**Paulo Henrique Gonçalves Portela,  
Paulo Lépore e Bruno Del Preti**

## † QUESTÕES

### 1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – SISTEMA GLOBAL

#### 1.1. ÍNDIOS

**01. (FGV – XXXVII Exame OAB)** Você, como advogado(a), foi procurada(o) por uma família indígena que relatou ter interesse em manter sua cultura e suas tradições. Contudo, na escola pública mais próxima da comunidade indígena, escola em que estudam algumas crianças dessa comunidade, o ensino ocorre apenas em Língua Portuguesa. Em relação a isso, você deve esclarecer para a família que

- o paradigma adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro é o da integração, por isso o ensino feito exclusivamente em Língua Portuguesa é, na verdade, uma forma de assegurar o direito dos índios de se integrarem à cultura mais abrangente.
- no ensino regular fundamental cabe apenas a Língua Portuguesa. Para que seja assegurada às comunidades indígenas a utilização da sua língua materna isso deve acontecer fora do ensino regular fundamental, em escolas mantidas pelas próprias comunidades indígenas.
- no ensino fundamental de competência dos municípios, cada municipalidade, de acordo com sua legislação local, é que vai decidir sobre a utilização ou não de línguas maternas indígenas no sistema oficial de ensino.
- não obstante o ensino fundamental regular ser ministrado em Língua Portuguesa, deve ser assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “d” (responde todas as alternativas):** O art. 210, §2º da CF/88 prevê: “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

**Alternativa correta: “d”.**

**02. (FGV – OAB 2018.1)** O governo federal autorizou uma mineradora a prospectar a exploração dos recursos existentes nas terras indígenas. Numerosas instituições da sociedade civil contratam você para, na condição de advogado, atuar em defesa da comunidade indígena.

Tendo em vista tal fato, além do que determina a Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais, assinale a afirmativa correta:

- O governo deverá estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos indígenas interessados,

a fim de determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes em suas terras.

- A prospecção e a exploração dos recursos naturais em terras indígenas pode ocorrer independentemente da autorização e da participação dos povos indígenas nesse processo, desde que haja uma indenização por eventuais danos causados em decorrência dessa exploração.
- A prospecção e a exploração das riquezas naturais em terras indígenas podem ocorrer mesmo sem a participação ou o consentimento dos povos indígenas afetados. No entanto, esses povos têm direito a receber a metade do valor obtido como lucro líquido resultante dessa exploração.
- Se a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo existentes na terra indígena pertencerem ao Estado, o governo não está juridicamente obrigado a consultar os povos interessados. Nesse caso, restaria apenas a mobilização política como estratégia de convencimento.

#### COMENTÁRIOS

✪ **Nota do autor:** a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais é o principal tratado internacional referente à tutela dos direitos das populações indígenas.

**Alternativa “a”:** de acordo com o artigo 15, par. 2, da Convenção 169 da OIT, “Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, **os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras**”. Cabe destacar, ainda dentro do mesmo dispositivo, que “**Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades**”.

**Alternativa “b”:** a prospecção e a exploração dos recursos naturais em terras indígenas não poderá ocorrer independentemente da autorização e da participação dos povos indígenas nesse processo, porque, de acordo com o artigo 15, par. 2, da Convenção 169 da OIT, “Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, **os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras**”. Em qualquer caso, os povos interessados deverão “**receber indenização equitativa**”.

# Direito Internacional

Paulo Henrique Gonçalves Portela,  
Paulo Lépore e Bruno Del Preti

## † QUESTÕES

### 1. ARBITRAGEM

**01. (FGV – OAB – 2019.3)** Uma arbitragem, conduzida na Argentina segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional – CCI, condenou uma empresa com sede no Brasil ao pagamento de uma indenização à sua ex-sócia argentina.

Para ser executável no Brasil, esse laudo arbitral.

- a) dispensa homologação pelo STJ, nos termos da Convenção de Nova York.
- b) precisa ser homologado pelo Judiciário argentino e depois, pelo STJ.
- c) precisa ser homologado pelo STJ, por ser laudo arbitral estrangeiro.
- d) dispensa homologação, por ser laudo arbitral proveniente de país do Mercosul.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** a questão refere-se ao tema da homologação de laudos arbitrais proferidos no exterior. A respeito, de acordo com o artigo 35 da Lei 9.307/96, “Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Superior Tribunal de Justiça”.

**Alternativa “a”:** o artigo 35 da Lei 9.307/96 estabelece que **“Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Superior Tribunal de Justiça”**. Logo, a decisão não dispensa homologação no Brasil. De resto, a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova York – Decreto 4.311/2002) não apenas não dispensa a homologação de referidos laudos como também regula esse procedimento.

**Alternativa “b”:** o CPC e a LINDB **não incluem como requisito para a homologação de sentenças arbitrais no Brasil a homologação de referidas decisões no Judiciário do Estado onde foram proferidas**.

**Alternativa “c”:** o artigo 35 da Lei 9.307/96 estabelece que **“Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Superior Tribunal de Justiça”**.

**Alternativa “d”:** por ora, **nenhum laudo arbitral estrangeiro é excepcionado da regra que impõe a homologação no Brasil para que a decisão gere efeitos em território nacional**.

**Alternativa correta: letra “c”**

**02. (FGV – OAB – 2019.2)** A cláusula arbitral de um contrato de fornecimento de óleo cru, entre uma empresa brasileira e uma empresa norueguesa, estabelece que todas as controvérsias entre as partes serão resolvidas por arbitragem, segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional – CCI.

Na negociação, a empresa norueguesa concordou que a sede da arbitragem fosse o Brasil, muito embora o idioma escolhido fosse o inglês. Como contrapartida, incluiu, entre as controvérsias a serem decididas por arbitragem, a determinação da responsabilidade por danos ambientais resultantes do manuseio e descarga no terminal.

Na eventualidade de ser instaurada uma arbitragem solicitando indenização por danos de um acidente ambiental, o Tribunal Arbitral a ser constituído no Brasil.

- a) tem competência para determinar a responsabilidade pelo dano, em respeito à autonomia da vontade consagrada na Lei Brasileira de Arbitragem.
- b) deverá declinar de sua competência, por não ser matéria arbitrável.
- c) deverá proferir o laudo em português, para que seja passível de execução no Brasil.
- d) não poderá decidir a questão, porque a cláusula arbitral é nula.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** de acordo com o artigo 1º, *caput*, da Lei 9.307/96, a arbitragem presta-se a “dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis”.

**Alternativa “a”:** a teor do artigo 1º, *caput*, da Lei 9.307/96, a arbitragem é mecanismo voltado a “**dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis**”. O **direito humano e fundamental a um meio ambiente sadio é indisponível**, limitando, portanto, a autonomia da vontade consagrada na Lei 9.307/96, razão pela qual o foro arbitral não poderá se manifestar a respeito da responsabilidade pelo dano.

**Alternativa “b”:** o **direito à proteção ambiental é indisponível**. Logo, como a arbitragem é meio de solução de controvérsias que visa a compor lides envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, o mecanismo arbitral deverá declinar de sua competência para examinar os danos ambientais causados por eventual acidente ambiental.

**Alternativa “c”:** os requisitos de homologação de laudos arbitrais estrangeiros **não incluem a obrigatoriedade de que o laudo seja redigido em vernáculo**. No caso, é necessária apenas a tradução oficial, salvo exceção estatuída em tratado. Essa é a regra do artigo 963, V, do CPC, o qual estabelece que um dos requisitos indispensáveis à homologação da decisão estrangeira é “**estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado**”.

**Alternativa “d”:** a cláusula arbitral não é nula. No entanto, a existência dessa cláusula abre a possibilidade de que o foro arbitral delibere apenas acerca de direitos patrimoniais disponíveis, o que não é o caso dos direitos vinculados à responsabilidade por dano ambiental.

**Alternativa correta: letra “b”**

### 2. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO/DIREITO MIGRATÓRIO

🔍 **Nota do autor:** em virtude da entrada em vigor da Lei de Migração (Lei 13.445/17) em 21/11/2017, e da

# Estatuto da Criança e do Adolescente

Luciano Alves Rossato

## ✦ QUESTÕES

### 1. FAMÍLIA SUBSTITUTA

**01. (FGV – XXXIX Exame de Ordem-2023)** Carlos e Joana, pais da criança Paula, estão dissolvendo sua união estável, ainda sem judicialização, detendo Joana a guarda de fato de Paula enquanto não regularizados os regimes de visitação ou compartilhamento da guarda. Por razões profissionais, Carlos mudou-se para o município contíguo ao da residência de Joana e Paula. Ocorre que Carlos, estando insatisfeito com algumas decisões de Joana sobre a vida da criança, e não mais conseguindo ajustar amistosamente tais questões, precipitou o ajuizamento de processo para regulamentação da guarda e pensionamento, no Juízo da comarca em que está residindo. Joana procura você, como advogado(a), para representá-la, reclamando de ter que se defender em outra cidade. Com base no enunciado acima, sobre a questão da competência, assinale a orientação que você, corretamente, daria à Joana.

- a) O juízo da residência de Carlos é tão competente quanto o da residência de Joana, eis que apenas quando da definição da guarda – que é o que se está pretendendo – a competência passa a ser do foro do guardião judicialmente definido.
- b) A competência para este processo de regulamentação de guarda e pensão incumbe ao Juízo da comarca de residência de Paula, e não de Carlos, pois a guarda de fato já basta para tal fixação.
- c) A competência será sempre definida em razão daquele que primeiro postular judicialmente a regulamentação da guarda.
- d) A guarda é irrelevante para fins de determinação da competência, devendo ser processado o feito em razão do melhor interesse da criança, seja qual for o foro inicialmente escolhido.

#### COMENTÁRIOS

A questão trata da competência para a ação de guarda de criança, estando a matéria regulada conjuntamente pelo artigo 147, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo-se observar, ainda, a Súmula 383, do STJ.

**Alternativa correta: letra “B”.** Em observância ao princípio do juízo imediato, encampado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável, ou pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta daqueles. Trata-se de regra de competência absoluta, embora territorial, que se sobrepõe a outras, mesmo em relação à perpetuação a competência, prevalecendo-se o interesse da criança e do adolescente. A propósito, foi editada a Súmula 383 do STJ: “A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda”. A regra é válida para a guarda de fato. Estão excluídas automaticamente as demais alternativas.

**02. (FGV – XXXIX Exame de Ordem-2023)** Eduardo adotou Bernardo, criança de dois anos, regularmente e de forma unilateral, tornando-se seu pai. Quando Bernardo completou três anos, Eduardo, infelizmente, faleceu vítima de um infarto. Eduardo não deixou parentes conhecidos. Maria, a mãe biológica de Bernardo, sempre se arrependeu de tê-lo enviado à adoção. Sabendo do ocorrido e ciente de que não há o restabelecimento do vínculo de poder familiar, pelo fato de ter ocorrido a morte do adotante, Maria o procura, como advogado(a), para buscar uma solução que permita que Bernardo volte a ser seu filho. Assinale a opção que apresenta a solução proposta.

- a) A mãe biológica, infelizmente, não tem ao seu alcance qualquer medida para restabelecer o vínculo de parentalidade com Bernardo.
- b) A mãe biológica deverá se candidatar à adoção de Bernardo, da mesma forma e pelos mesmos procedimentos que qualquer outro candidato.
- c) A mãe biológica não poderá se candidatar à readoção de seu filho biológico, pois a dissolução do vínculo familiar é perene.
- d) A inexistência de parentes do adotante falecido causa a excepcional restauração do vínculo familiar com a mãe biológica, fugindo à regra geral.

#### COMENTÁRIOS

✦ **Notas do autor:** a morte do adotante não restabelece o poder familiar dos genitores como consequência da inaducabilidade da adoção (art. 49, Estatuto da Criança e do Adolescente).

**Alternativa correta: letra “B”.** Não sendo mais a detentora do poder familiar, mas buscando pleiteá-lo, poderá a genitora candidatar-se à adoção da criança, observando-se a necessidade de preencher os requisitos objetivos e subjetivos, bem como se submetendo ao procedimento junto à Vara da Infância e da Juventude. Exclui automaticamente as demais alternativas.

**03. (FGV – XXXV Exame de Ordem-2022)** Eduardo foi adotado quando criança, vivendo em excelentes condições afetiva, material e social junto a seus pais adotivos. Mesmo assim, Eduardo demonstrou ser um adolescente rebelde, insurgente, de difícil trato e convívio – o que em nada abalou o amor e os cuidados de seus pais adotivos em nenhum momento.

Hoje, com 19 anos completos, Eduardo manifesta interesse em conhecer seus pais biológicos, com o claro intuito de rebelar-se – repita-se, injustificadamente – contra seus adotantes.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- a) Eduardo tem direito de conhecer sua origem biológica, seja qual for o motivo íntimo que o leve a tanto.
- b) A motivação para a busca do conhecimento da origem biológica é inválida, pelo que não deve ser facultado o direito ao acesso a tal informação a Eduardo.



## ✦ QUESTÕES

### 1. O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL

- ▶ CF, art. 23, VI e VII; e parágrafo único.
- ▶ CF, art. 24, VI.
- ▶ CF, art. 30, I e II.

**01. (FGV – Exame de Ordem 2023.2)** Tramita na Câmara do Município Alfa projeto de lei que dispõe sobre proteção ao meio ambiente no âmbito de seu território, observado o interesse local. Sabe-se que o projeto de lei está harmônico com a disciplina legislativa estadual e federal atualmente vigente.

No caso em tela, em matéria de competência legislativa ambiental, de acordo com a CRFB/88, é correto afirmar que o projeto de lei, em tese,

- ofende a Carta Magna, porque compete à União legislar privativamente sobre proteção ao meio ambiente, observadas as premissas constitucionais.
- é incompatível com a Carta Magna, porque compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar privativamente sobre proteção ao meio ambiente.
- não viola a Carta Magna, porque o Município possui competência suplementar à da União e à dos Estados para legislar sobre proteção ao meio ambiente, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- não afronta a Carta Magna, porque o Município possui competência concorrente e não suplementar com a União e os Estados para legislar sobre proteção ao meio ambiente, de maneira que pode dispor de forma diversa e menos protetiva ao ambiente do que a disciplina estadual.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativas “a”, “b”, “c”, “d”:** De acordo com o artigo 30, I da Constituição de 1988, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Trata-se, portanto, de competência legislativa suplementar. Como tal atribuição do Município não consta expressamente do artigo 24 da Constituição Federal de 1988, a doutrina majoritária não a considera como um tipo de competência concorrente. Pela competência legislativa concorrente, cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, em concorrência, sobre determinados assuntos, dentre eles os relacionados à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. A doutrina e jurisprudência majoritária consideram a competência municipal para legislar, portanto, como suplementar, com fundamento no art. 30, I da Constituição de 1988.

**Alternativa correta: letra “c”.**

**02. (FGV – XXXIV Exame de Ordem-2022)** A Constituição da República dispõe que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Do ponto de vista histórico e cultural, percebe-se que a comunidade indígena está intimamente ligada ao meio ambiente, inclusive colaborando em sua defesa e preservação. Nesse contexto, de acordo com o texto constitucional, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas

- só podem ser efetivadas com autorização de todos os órgãos que integram o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), na forma da lei.
- só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- não podem ser efetivadas em qualquer hipótese, eis que são terras inalienáveis e indisponíveis, e devem ser exploradas nos limites de atividades de subsistência para os índios.
- não podem ser efetivadas em qualquer hipótese, diante de expressa vedação constitucional, para não descaracterizar a área de relevante interesse social.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativas “a”, “b”, “c”, “d”:** De acordo com o *caput* do artigo 231 da Constituição de 1988, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Prevê ainda o seu § 3º que “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

**Alternativa correta: “b”.**

**03. (FGV/OAB/XXXII Exame – 2021)** O Estado Z promulga lei autorizando a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente para pequenas construções. A área máxima para supressão, segundo a lei, é de 100 metros quadrados quando utilizados para lazer e de 500 metros quadrados quando utilizados para fins comerciais.

Sobre a referida lei, assinale a afirmativa **correta**.

- A lei é válida, uma vez que é competência privativa dos Estados legislar sobre as Áreas de Preservação Permanente inseridas em seu território.
- A lei é válida apenas com relação à utilização com finalidade de lazer, uma vez que é vedada a exploração comercial em Área de Preservação Permanente.
- A lei é inconstitucional, uma vez que compete aos Municípios legislar sobre impactos ambientais de âmbito local.

# Direito do Consumidor

Lucas de Souza Leheld e Alessandra Izidoro

## ✦ QUESTÕES

### 1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

#### 1.1. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONSUMO

**01. (FGV – Defensor Público – DPE – MS/2022)** Jorge adquiriu um veículo automotor zero quilômetro para a atividade comercial da empresa de locação e transporte de produtos de festas infantis que mantém em sociedade com o seu irmão, da qual ambos auferem renda mensal de cerca de dois salários mínimos, já considerados os lucros. Dois meses após sua aquisição, o veículo apresentou problemas no sistema de freios (ABS), tendo Jorge levado o bem à assistência técnica autorizada vinculada à concessionária onde adquiriu o veículo. Em tal estabelecimento, constatou-se a necessidade de troca de peças de alto valor, que a concessionária alegou, indevidamente, não estarem cobertas pela garantia de fábrica. Jorge buscou a Defensoria Pública para saber dos seus direitos. A partir de tais fatos, e considerando que a concessionária está estabelecida em comarca diversa daquela de domicílio de Jorge, é correto afirmar que se trata de:

- (a) relação de consumo, ainda que Jorge utilize o bem em sua atividade empresária, dada a aplicação da teoria finalista aprofundada; a competência para a ação judicial poderá ser da comarca do domicílio do autor Jorge;
- (b) afastamento da relação de consumo, pois Jorge utiliza o bem em sua atividade empresária, dada a aplicação da teoria finalista aprofundada; a competência para a ação judicial será absoluta da comarca do domicílio do autor Jorge;
- (c) genuína relação de consumo, pois a empresa da qual Jorge é sócio tem natureza de pequeno porte, dada a aplicação da teoria finalista mitigada; a competência para a ação judicial será da comarca do domicílio da ré;
- (d) relação empresarial, deixando de incidir a norma consumerista, dada a destinação de uso do bem que serve de insumo à atividade empresária; a competência para a ação judicial será absoluta da comarca do domicílio do autor Jorge.

#### COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do autor:** exige conhecimento a respeito do conceito de consumidor e suas teorias, notadamente da teoria finalista aprofundada ou mitigada adotada pelo STJ.

**Alternativa “a”:** correta. A assertiva está correta, uma vez que existe a relação de consumo em razão da aplicação da teoria finalista aprofundada, que consiste na equiparação da pessoa jurídica ao conceito de consumidor, nas hipóteses onde apresente alguma condição de vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica frente ao fornecedor. No que se refere

à competência para a ação judicial, poderá ser a do autor, nos termos do artigo 101, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, a saber: “Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas: I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor”.

**Alternativa “b”:** incorreta. A assertiva está incorreta, uma vez que não há o afastamento da relação de consumo, conforme já explicado no item anterior.

**Alternativa “c”:** incorreta. A assertiva está incorreta, conforme a explicação no item “a”, frisando-se que a competência para a ação judicial poderá ser no domicílio do autor, conforme o referido artigo 101 do Código de Defesa do Consumidor.

**Alternativa “d”:** incorreta. A assertiva está incorreta, uma vez que, conforme já explicado, incidirá a relação de consumo e a competência para a ação judicial poderá ser da comarca do domicílio do autor.

**Alternativa correta “a”.**

### 2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS

**02. (FGV – Juiz de Direito – TJ – AP/2022)** A consumidora Samantha propôs incidente de descon sideração de personalidade jurídica em face de determinada loja de bijuterias construída na forma de sociedade limitada. Narra a autora que, na fase de cumprimento de sentença que condenou a empresa a pagar indenização à consumidora, não logrou êxito em localizar bens para satisfazer a execução, embora diversas tenham sido as tentativas para tanto. Samantha alega ainda que, na fase cognitiva, a fornecedora foi declarada revel e sequer compareceu às audiências designadas pelo Juízo. A respeito disso, é correto afirmar que o pedido deve ser julgado:

- (a) improcedente, pois a revelia e a ausência de participação no processo judicial não sugerem abuso da personalidade jurídica, requisito para o deferimento do requerido;
- (b) improcedente, pois, para a descon sideração requerida, deverá restar efetivada falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração;
- (c) procedente, ainda que o Código de Defesa do Consumidor não preveja a descon sideração da personalidade jurídica, quando caracterizado abuso da personalidade jurídica evidenciado no caso pleiteado por Samantha;
- (d) procedente, à luz da aplicação da teoria menor da descon sideração da personalidade jurídica, prevista no Código de Defesa do Consumidor;
- (e) improcedente, pois, ainda que prevista no Código de Defesa do Consumidor, a descon sideração requerida não pode ser aplicada de forma a implicar a perda da finalidade de

## ✦ QUESTÕES

### 1. HERMENÊUTICA

**01. (FGV – XXXVI Exame de Ordem-2022)** “O problema da eficácia nos leva ao terreno da aplicação das normas jurídicas, que é o terreno dos comportamentos efetivos dos homens que vivem em sociedade...”

Norberto Bobbio

Norberto Bobbio, em seu livro *Teoria da Norma Jurídica*, ao tratar dos critérios de valoração da norma jurídica, fala de três critérios possíveis: justiça, validade e eficácia.

Com relação ao critério da eficácia na obra em referência, assinale a afirmativa correta.

- Relaciona-se ao problema da interdependência necessária entre os critérios, isto é, para que uma regra seja eficaz, ela deve também ser válida e ser justa.
- Diz respeito ao problema de uma norma ser ou não seguida pelas pessoas a quem é dirigida e, no caso de violação, ser imposta por via coercitiva pela autoridade que a evocou.
- Trata-se do problema da correspondência ou não da norma aos valores últimos ou finais que inspiram um determinado ordenamento jurídico, expressos pelo legislador de maneira mais ou menos explícita.
- Refere-se ao problema da existência da regra enquanto tal e se resolve com um juízo de fato, isto é, trata-se de constatar se uma regra assim determinada pertence ou não a um ordenamento jurídico.

#### ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

Segundo Bobbio, uma norma prescreve o que deve ser. Mas aquilo que deve ser não corresponde, necessariamente, ao que efetivamente é. Ora, se a ação real não corresponde à ação prescrita, afirma-se que a norma foi violada. É da natureza de toda prescrição ser violada, enquanto exprime não o que é, mas o que deve ser. À violação dá-se o nome de ilícito. Assim, o ilícito consiste em uma ação quando a norma é um imperativo negativo e em uma omissão quando a norma é um imperativo positivo. Importante notar que, em resposta ao ilícito, o grupo social institucionaliza a sanção (esta é institucionalizada). Quando observamos a sanção institucionalizada, devemos ter presente três pontos (aqui relacionados na questão em comento):

1) para toda violação de uma regra primária, é estabelecida a relativa sanção;

2) é estabelecida, se bem que dentro de certos termos, a medida da sanção;

3) são estabelecidas pessoas encarregadas de efetuar a execução.

Gabarito: B

**02. (FGV – XXXV Exame de Ordem-2022)** É possível que, diante de um caso concreto, seja aceitável a aplicação tanto de uma lei geral quanto de uma lei especial. Isso, segundo Norberto Bobbio, em seu livro *Teoria do Ordenamento Jurídico*, caracteriza uma situação de antinomia.

Assinale a opção que, segundo o autor na obra em referência, apresenta a solução que deve ser adotada.

- Deve ser feita uma ponderação de princípios entre a lei geral e a lei especial, de forma que a lei que se revelar menos razoável seja revogada.
- Deve prevalecer a lei especial sobre a lei geral, de forma que a lei geral seja derogada, isto é, caia parcialmente.
- Deve ser verificada a data de edição de ambas as leis, pois, nesse tipo de conflito entre lei geral e lei especial, deve prevalecer aquela que for posterior.
- Deve prevalecer a lei geral sobre a lei especial, pois essa prevalência da lei geral é um momento ineliminável de desenvolvimento de um ordenamento jurídico.

#### ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

Fundamental destacar quanto às antinomias e respectivos critérios solucionadores, Bobbio as distingue entre antinomias insolúveis ou reais (quando o ordenamento jurídico não contém regra capaz de resolver o conflito diagnosticado, sendo solucionado, portanto, pela doutrina e jurisprudência a partir de decisões casuisticamente pensadas para cada caso) e antinomias solúveis ou aparentes (quando o ordenamento jurídico contém regra apta a solucionar o conflito aparente de normas. Apresenta, portanto 3 critérios

I - O critério cronológico (*lex posterior derogat priori* - lei posterior derroga lei anterior): adotado, no Brasil, pelo art. 2º, parágrafo 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), segundo o qual a lei posterior revoga a anterior quando entre elas houver incompatibilidade.

II - O critério hierárquico (*lex superior derogat inferior* - lei superior derroga lei inferior) preconiza que, havendo duas normas incompatíveis, deve prevalecer a hierarquicamente superior, consequência que se extrai justamente do princípio da hierarquia normativa.

III - O critério da especialidade (*lex specialis derogat generali* - lei especial derroga lei geral): de acordo com Bobbio, a lei especial deve prevalecer sobre a lei geral, na medida em que representa um momento ineliminável do desenvolvimento de um ordenamento (o dinamismo do Direito). Assim, bloquear a lei especial frente à geral significaria paralisar esse desenvolvimento.

Gabarito: B

**03. (FGV/ OAB/ XXXIII Exame-2021)** Norberto Bobbio, em seu livro *Teoria da Norma Jurídica*, considera a sanção uma das mais significativas características da norma jurídica. Ele diferencia a sanção jurídica da sanção moral e da sanção social, pelo fato de a sanção jurídica ser institucionalizada.

## ✦ QUESTÕES COMENTADAS

### 1. ORÇAMENTO PÚBLICO

- ▶ CRFB/88, arts. 165, 166, 166-A, 167 e 167-A;
- ▶ ADCT, art. 107 e 109
- ▶ Lei nº 4.320/64, arts. 40 e 41
- ▶ LC 101/2000, art. 12
- ▶ Lei nº 14.194/21

**01. (FGV – Exame de Ordem 2023.2)** O Presidente da República está elaborando projeto de lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A matéria tratada em tal projeto de lei objetiva instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual deve ser aprovada por quórum de maioria simples no Congresso Nacional.
- Tal projeto versa sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e se submete à reserva de lei complementar.
- Embora institua o Plano Plurianual, tal projeto de lei necessita ser aprovado por quórum de maioria absoluta no Congresso Nacional.
- Trata-se de projeto de lei que institui o Plano Plurianual, a ser veiculado por meio de lei ordinária.

#### COMENTÁRIOS

🔄 **Nota do autor:** esta questão apareceu na primeira vez que a OAB cobrou Direito Financeiro e trouxe um dos temas mais importantes da matéria e que deve continuar sendo priorizado na preparação para as próximas provas: leis orçamentárias. Desta vez o foco foi o Plano Plurianual, mas para poder acertar, o candidato precisava conhecer aspectos gerais e, sobretudo, constitucionais (CRFB/88, art. 165) também da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mostrando que a cobrança de questões envolvendo, ao mesmo tempo, as diferentes leis orçamentárias, deve ser uma tendência da FGV.

**Alternativa “a”:** alternativa incorreta, uma vez que, segundo disposição constitucional (art. 165, §2º), a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Assim, apesar de ser certo afirmar que a LDO deva ser aprovada por quórum de maioria simples no Congresso Nacional, a alternativa está incorreta, já que o enunciado se refere ao Plano Plurianual, e não à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Alternativa “b”:** conforme demonstrado na análise da alternativa anterior, o enunciado refere-se ao Plano Plurianual, e não à LDO. Ademais, também é incorreto afirmar que a LDO se submete à reserva de lei complementar, uma vez que as leis orçamentárias são aprovadas como leis ordinárias, ainda que sujeitas a processo legislativo especial.

**Alternativa “c”:** a primeira parte da alternativa está correta, ao apontar que o projeto descrito no enunciado diz respeito ao Plano Plurianual. Contudo, equivoca-se na parte final ao apontar a necessidade de que tal projeto seja aprovado por quórum de maioria absoluta no Congresso Nacional, uma vez que, tratando-se de lei ordinária, exige tão-somente, a maioria simples para sua aprovação. Alternativa incorreta.

**Alternativa “d”:** alternativa correta. Segundo disciplina constitucional, “a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (CRFB/88, art. 163, §1º). Por outro lado, também é correto afirmar que, assim como a LDO e a LOA, o Plano Plurianual deve ser veiculado por meio de lei ordinária.

**Alternativa correta: letra “d”**

**02. (FGV – Consultor Legislativo – Câmara de Taubaté - SP/2022)** O Prefeito do Município Beta encaminhou à Câmara Municipal a proposta de lei orçamentária para o próximo exercício financeiro. Maria, Vereadora integrante da Comissão de Finanças, entendia que as dotações direcionadas ao pagamento (1) de pessoal e (2) dos juros da dívida pública estavam muito elevadas, o que tinha o efeito de diminuir as dotações direcionadas à (3) implementação de políticas públicas, com realce para aquelas relacionadas às pessoas com deficiência. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser apresentada uma emenda ao referido projeto de lei, de modo que as dotações referidas em 1 e 2 fossem reduzidas, com o consequente aumento daquela referida em 3. A assessoria respondeu corretamente que, observados os demais balizamentos existentes,

- não é possível a apresentação, pelos Vereadores, de emendas ao projeto de lei orçamentária anual.
- a Câmara Municipal possui plena liberdade valorativa para a análise do projeto de lei orçamentária, podendo remanejar todas as dotações inicialmente sugeridas pelo Executivo.
- o aumento das dotações referidas em 3 não pode decorrer da redução daquela referida em 1, mas tão somente da diminuição daquela mencionada em 2.
- o aumento das dotações referidas em 3 não pode decorrer da redução daquela referida em 2, mas tão somente da diminuição daquela mencionada em 1.
- o aumento das dotações referidas em 3 não pode decorrer da redução daquelas referidas em 1 e 2.

## ✦ QUESTÕES

### 1. SEGURIDADE SOCIAL – CONCEITO – ORGANIZAÇÃO – PRINCÍPIOS

- ▶ Constituição Federal
- ▶ Arts. 165, 167, 194 ao 204

**01. (FGV – Advogado – Pref. Mun. de Manaus - AM/2022)** As irmãs Sandra e Geórgia trabalham para o mesmo empregador, localizado no bairro Lago Azul (Manaus). Sandra recebe 1 salário-mínimo mensal e Geórgia, por ocupar cargo mais especializado, recebe 3 salários-mínimos por mês. Ambas as irmãs possuem um filho, sendo que o de Sandra tem 2 anos de idade e o de Geórgia, 5 anos. Sandra recebe em seu contracheque uma cota de salário-família, mas Geórgia nada recebe a esse título. O princípio constitucional previdenciário que justifica a diferença de tratamento entre as irmãs é

- a equidade na forma de participação no custeio.
- a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

#### COMENTÁRIOS:

Os objetivos ou princípios da seguridade social estão expressos no art. 194 da Constituição Federal:

*I – universalidade da cobertura e o atendimento;*

*II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*

*III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;*

*IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;*

*V – equidade na forma de participação no custeio;*

*VI – diversidade da base de financiamento;*

*VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

Além de saber quais são os princípios da seguridade social, é necessário que o candidato entenda sua aplicação.

**Alternativa “a”:** incorreta. O princípio da equidade na forma de participação do custeio da seguridade social está intimamente atrelado aos preceitos da igualdade e da capacidade contributiva. Aqueles contribuintes que apresentarem maior capacidade contributiva para o sistema da seguridade social arcarão com uma parcela maior de contribuição.

**Alternativa “b”:** correta. O princípio da seletividade propicia ao legislador estudar as carências sociais, priorizando-as em relação às demais, viabilizando a promoção da Seguridade Social factível. Cobrem-se as necessidades mais essenciais e planeja-se, para o futuro, a cobertura das demais, visando alcançar a Seguridade Social ideal. Ao eleger os benefícios e serviços mais fundamentais e necessários à população, o legislador define os requisitos que devem ser preenchidos para a obtenção do benefício e aquele que se enquadrar nos requisitos da lei poderá ter a proteção social.

A seletividade funciona como uma limitadora da universalidade da seguridade social na medida em que ela é aplicada nos casos em que não há disponibilidade de recursos orçamentários para cobrir todos os riscos sociais.

O legislador ordinário escolheu o parâmetro baixa renda para conceder o salário-família. O benefício de salário-família é concedido aos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, com remuneração mensal não superior ao valor fixado em Portaria Interministerial<sup>1</sup>, que possuem filho até 14 anos ou inválido de qualquer idade.

**Alternativa “c”:** incorreta. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios preceitua que não haverá nenhuma redução efetiva dos valores nominais dos benefícios. Segundo o STF, esse princípio preserva os valores nominais dos benefícios da seguridade social.

**Alternativa “d”:** incorreta. O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais ordena que as populações urbana e rural devam possuir os mesmos direitos a título de seguridade social. Os segurados e dependentes urbanos e rurais devem ter o mesmo tratamento.

**Alternativa “e”:** incorreta. O princípio da gestão democrática e descentralizada da seguridade social deriva dos princípios superiores atinentes à origem democrática do poder e à participação popular. A seguridade social terá caráter democrático e descentralizado na administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados

**Alternativa correta: “b”.**

**02. (FGV – Analista Judiciário/Área Judiciária – Oficial de Justiça Avaliador - TRT 16/2022)** Um dos princípios constitucionais da Seguridade Social é o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa. Neste sentido, tem-se que o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social)

- é quinquipartite, tendo representantes dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados, do Ministério Público e do governo nos órgãos colegiados.
- tem apenas representantes do Governo.

1. Para o ano de 2023, o valor foi fixado em R\$ 1.754,18 pela Portaria MPS/MF n.26/2023. Esse valor será reajustado pelo INPC na data do reajustamento dos benefícios previdenciários.

## † QUESTÕES

### 1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

**01. (FGV – Juiz Substituto – MS/ 2008)** Analise as afirmativas a seguir:

- I. O princípio da imediatividade do sufrágio é característica do sistema eleitoral brasileiro.
- II. O sufrágio é universal, direito público subjetivo, que cabe a todos os nacionais, sem restrições.
- III. No sistema brasileiro inexistente exceção à regra do voto direto.
- IV. O requisito de idade mínima, como condição de elegibilidade, deve estar preenchido na data do certame e não na do registro.
- V. É cabível a oponibilidade de inelegibilidade de ordem constitucional até no momento da diplomação.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, III e V.
- b) I, II, IV.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

#### COMENTÁRIOS:

**Afirmativa “I”:** CORRETA. No Brasil, de acordo com o artigo 14, *caput*, da Constituição Federal de 1988: “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos”. Vigem, assim, no Brasil, o princípio da imediatividade do sufrágio, segundo o qual o voto deve resultar imediatamente da vontade do eleitor, sem intermediários, bem como o princípio da universalidade do sufrágio, o qual impõe, dentro dos parâmetros da razoabilidade, o direito de sufrágio a todos os cidadãos.

**Afirmativa “II”:** ERRADA. Os inalistáveis (menores de 16 anos e conscritos), bem como aqueles que estão com os direitos políticos suspensos, não podem exercer o sufrágio.

**Afirmativa “III”:** ERRADA. Segundo a CF/1988, no seu artigo 60, § 4º, II, é cláusula pétrea no Brasil o sufrágio direto, secreto, universal e periódico. O sufrágio indireto, no entanto, é possível, excepcionalmente, em caso de vacância concomitante dos cargos de prefeito e vice-prefeito ou

governador e vice-governador, ou ainda presidente e vice-Presidente da República, nos últimos dois anos de mandato, casos em que a Constituição determina a realização de eleições indiretas para os cargos vagos, a fim de que sejam completados os mandatos vagos.

**Afirmativa “IV”:** CORRETA. Regra prevista no artigo 11, § 2º da Lei nº 9.504/97, o qual dispõe que: “A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse”. É de se destacar que, com a promulgação da Lei 13.165/15, a idade mínima de 18 anos, para o cargo de vereador, passou a ser aferida na data da formulação do pedido de registro de candidatura, a partir das eleições municipais de 2016.

**Afirmativa “V”:** CORRETA. As inelegibilidades infraconstitucionais só podem ser arguidas, em regra, até cinco dias após a publicação do pedido de registro de candidatura. As inelegibilidades constitucionais, entretanto, podem ser arguidas até o momento da diplomação, mediante o Recurso contra a Expedição do Diploma (RCD), previsto no artigo 262 do Código Eleitoral.

**Alternativa correta: letra “c”.** Afirmativas I, IV e V estão corretas.

### 2. JUSTIÇA ELEITORAL E MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**02. (FGV – Juiz de Direito – TJ – PE/2022)** A Justiça Eleitoral atua para garantir o exercício da democracia, cuidando de estabelecer diretrizes ético-jurídicas para que o processo eleitoral se desenvolva num clima de tolerância democrática.

Com relação às funções desempenhadas pela Justiça Eleitoral, é correto afirmar que:

- (a) a Justiça Eleitoral não desempenha função consultiva;
- (b) a função administrativa da Justiça Eleitoral tem por objetivo solucionar o conflito de interesses em matéria eleitoral;
- (c) a consulta prevista no Art. 23, inciso XII, do Código Eleitoral não se restringe à matéria eleitoral;
- (d) a vedação de agir de ofício se aplica aos juízes eleitorais tanto no desempenho da função jurisdicional quanto no da função administrativa;
- (e) no exercício da função normativa, o Tribunal Superior Eleitoral tem competência para emitir Resoluções e outros atos normativos de caráter genérico em matéria eleitoral.

# Apêndice

## Ética para OAB

Nas provas do Exame de Ordem, a disciplina de Ética pode ser considerada como a “rainha das matérias” em termos de 1ª Fase. Vou te explicar o porquê:

Além de totalizar 8 das 80 questões objetivas cobradas no exame, Ética é uma disciplina considerada de fácil compreensão e menos extensa e complexa do que Direito Penal, Direito Civil ou Direito Administrativo, por exemplo.

Aliado a isso, o examinado deve se lembrar de que são necessários 40 acertos dentro das 80 questões apresentadas, de maneira que Ética, por se tratar de uma matéria considerada menos dificultosa e com grande número de questões, se apresenta como uma “chave” para 2ª Fase. Gabaritá-la garante ao estudante 20% dos acertos necessário para que a porta da Prova Prático-Profissional seja aberta!

Então, entendendo a necessidade de uma atenção maior à disciplina, preparamos um apenso com a **Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB)**, seu **Regulamento** e o **Código de Ética e Disciplina** organizados e destacados, observando os artigos mais incidentes em provas e apresentando questões.

Bons estudos!

# Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994

*Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

## **TÍTULO I Da Advocacia**

### **CAPÍTULO I Da Atividade de Advocacia**

Art. 1º São atividades **privativas** de advocacia:

I - a postulação a **qualquer** órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

(Vide ADIN 1.127-8)

II - as **atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas**.

**§ 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.**

*Prova!*

**Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXVII - Primeira Fase**

Guilherme é bacharel em Direito, não inscrito na OAB como advogado. Ao se deparar com situações de ilegalidade que ameaçam a liberdade de locomoção de seus amigos César e João, e com situação de abuso de poder que ameaça direito líquido e certo de seu amigo Antônio, Guilherme, valendo-se de seus conhecimentos jurídicos, impetra habeas corpus em favor de César na Justiça Comum Estadual, em 1ª instância; habeas corpus em favor de Antônio, perante o Tribunal de Justiça, em 2ª instância; e mandado de segurança em favor de João, na Justiça Federal, em 1ª instância.

Considerando o que dispõe o Estatuto da OAB acerca da atividade da advocacia, assinale a afirmativa correta.

- Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César, mas não pode impetrar habeas corpus em favor de Antônio, nem mandado de segurança em favor de João.
- Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio, mas não pode impetrar mandado de segurança em favor de João.

- Guilherme pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio, e também pode impetrar mandado de segurança em favor de João.
- Guilherme pode impetrar mandado de segurança em favor de João, mas não pode impetrar habeas corpus em favor de César e Antônio.

Gabarito: Letra A

*César e João - situações de ilegalidade que ameaçam a liberdade de locomoção - medida processual cabível: habeas corpus (art. 5º, LXVIII, CF).*

*Antônio - situação de abuso de poder que ameaça direito líquido e certo - medida processual cabível: mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF).*

*MS - Precisa de Advogado; HC não.*

**Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2015 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XVI - Primeira Fase**

Bernardo é bacharel em Direito, mas não está inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, apesar de aprovado no Exame de Ordem. Não obstante, tem atuação na área de advocacia, realizando consultorias e assessorias jurídicas.

A partir da hipótese apresentada, nos termos do Regulamento Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- Tal conduta é permitida, por ter o bacharel logrado aprovação no Exame de Ordem.
- Tal conduta é proibida, por ser equiparada à captação de clientela.
- Tal conduta é permitida mediante autorização do Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- Tal conduta é proibida, tendo em vista a ausência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Gabarito: Letra D

*"Art. 1º São atividades privativas de advocacia:*

*II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas."*

**Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXIV - Primeira Fase**

Aline, advogada inscrita na OAB, poderá praticar validamente, durante o período em que estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão, o seguinte ato:

Alternativas

- impetrar habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça.
- visar ato constitutivo de cooperativa, para que seja levado a registro.



- c) complementar parecer que elaborara em resposta à consulta jurídica.
- d) interpor recurso com pedido de reforma de sentença que lhe foi desfavorável em processo no qual atuava em causa própria.

Gabarito: Letra A

*Art. 1º São atividades privativas de advocacia: § 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.*

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, **sob pena de nulidade**, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, **quando visados por advogados**.

§ 3º É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.

**Prova!**

**Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2016 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXI - Primeira Fase**

Florentino, advogado regularmente inscrito na OAB, além da advocacia, passou a exercer também a profissão de corretor de imóveis, obtendo sua inscrição no conselho pertinente. Em seguida, Florentino passou a divulgar suas atividades, por meio de uma placa na porta de um de seus escritórios, com os dizeres: Florentino, advogado e corretor de imóveis.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedado a Florentino exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis.
- b) É permitido a Florentino exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis, desde que não sejam prestados os serviços de advocacia aos mesmos clientes da outra atividade. Além disso, é permitida a utilização da placa empregada, desde que seja discreta, sóbria e meramente informativa.
- c) É permitido a Florentino exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis. Todavia, é vedado o emprego da aludida placa, ainda que discreta, sóbria e meramente informativa.
- d) É permitido a Florentino exercer paralelamente a advocacia e a corretagem de imóveis, inclusive em favor dos mesmos clientes. Também é permitido empregar a aludida placa, desde que seja discreta, sóbria e meramente informativa.

Gabarito: Letra C

*“É vedada a **divulgação** de advocacia em conjunto com outra atividade*

**Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2015 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XVII - Primeira Fase**

Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, para sua admissão em registro, em não se tratando de empresas de pequeno porte e de microempresas, consoante o Estatuto da Advocacia, devem

- a) apresentar os dados do contador responsável.
- b) permitir a participação de outros profissionais liberais.
- c) conter o visto do advogado.

- d) indicar o advogado que representará a sociedade.

Gabarito: Letra C

*“Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados”.*

**Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.**

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

**Novidade!**

**§ 2º-A. No processo administrativo, o advogado contribui com a postulação de decisão favorável ao seu constituinte, e os seus atos constituem múnus público.**

§ 3º No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei.

**Novidade!**

**Art. 2º-A. O advogado pode contribuir com o processo legislativo e com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.**

Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

**§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.**

§ 2º O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar os atos previstos no art. 1º, na forma do regimento geral, **em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.**

**Importante!**

**Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.**

Parágrafo único. Considera-se **notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, **permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.**

**Prova!**

**Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXIV - Primeira Fase**

Determinada sociedade de advogados sustenta que os serviços por ela prestados são considerados de notória especialização, para fins de contratação com a Administração Pública.

Sobre tal conceito, nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

- Todas as atividades privativas da advocacia são consideradas como serviços de notória especialização, tratando-se de atributo da atuação técnica do advogado, não extensível à sociedade de advogados.
- Todas as atividades privativas da advocacia são consideradas como serviços de notória especialização, conceito que se estende à atuação profissional do advogado ou da sociedade de advogados.
- Apenas exercem serviços de notória especialização o advogado ou a sociedade de advogados cujo trabalho seja possível inferir ser essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- Apenas exercem serviços de notória especialização o advogado cujo trabalho seja possível inferir ser essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, tratando-se de atributo da atuação técnica do advogado, não extensível à sociedade de advogados.

Gabarito: Letra C

**Art. 4º São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.**

Parágrafo único. São também nulos os atos praticados por **advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.**

**Prova!**

**Ano: 2017 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2017 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXII - Primeira Fase**

Carolina, Júlia, Bianca e Maria são advogadas. Carolina é servidora estadual não enquadrada em hipótese de incompatibilidade; Júlia está cumprindo suspensão por infração disciplinar; Bianca está licenciada por requerimento próprio justificado; e Maria é servidora federal não enquadrada em hipótese de incompatibilidade. As quatro peticionam, como advogadas, isoladamente e em atos distintos, em ação judicial proposta em face da União. Diante da situação narrada, de acordo com o Estatuto da OAB, são válidos os atos praticados

- por Carolina, apenas.
- por Carolina e Bianca, apenas.
- por Carolina, Bianca e Maria, apenas.
- por Carolina, Julia, Bianca e Maria.

Gabarito: Letra A

**ANOTE A DICA!**

Art. 30 – 8.906 - São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou **à qual se ja vinculada a entidade empregadora;**

Art.4º “São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

Parágrafo único. São também nulos os atos praticados por advogado impedido – no âmbito do impedimento – suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.

Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no **prazo de quinze dias**, prorrogável **por igual período.**

§ 2º A procuração para o foro em geral habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, **salvo os que exijam poderes especiais.**

**§ 3º O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.**



§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independentem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários.

# Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB

**RESOLVE:**

## **TÍTULO I DA ADVOCACIA**

### **CAPÍTULO I DA ATIVIDADE DE ADVOCACIA**

#### **SEÇÃO I DA ATIVIDADE DE ADVOCACIA EM GERAL**

Art. 1º A atividade de advocacia é exercida com observância da Lei nº 8.906/94 (Estatuto), deste Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos.

Art. 2º O visto do advogado em atos constitutivos de pessoas jurídicas, indispensável ao registro e arquivamento nos órgãos competentes, deve resultar da efetiva constatação, pelo profissional que os examinar, de que os respectivos instrumentos preenchem as exigências legais pertinentes.

Parágrafo único. Estão impedidos de exercer o ato de advocacia referido neste artigo os advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, da unidade federativa a que se vincule a Junta Comercial, ou a quaisquer repartições administrativas competentes para o mencionado registro.

Art. 3º É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, **simultaneamente**, como **patrono e preposto do empregador ou cliente**.

- a) Pedro pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador, em qualquer hipótese.
- b) Pedro pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador, pois não há outro empregado disponível na data da audiência.
- c) Pedro pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador, em qualquer hipótese, desde que essa circunstância seja previamente comunicada ao juízo e ao reclamante.
- d) Pedro não pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.

Gabarito: Letra D

Art. 4º A prática de atos privativos de advocacia, por profissionais e sociedades não inscritos na OAB, constitui exercício ilegal da profissão.

Parágrafo único. É defeso ao advogado prestar serviços de assessoria e consultoria jurídicas para terceiros, em sociedades que não possam ser registradas na OAB.

Art. 5º Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima **em cinco** atos privativos previstos no artigo 1º do Estatuto, em causas ou questões distintas.

Parágrafo único. A comprovação do efetivo exercício faz-se mediante:

a) certidão expedida por cartórios ou secretarias judiciais;

**b) cópia autenticada de atos privativos;**

c) certidão expedida pelo órgão público no qual o advogado exerça função privativa do seu ofício, indicando os atos praticados.

Art. 6º O advogado deve notificar o cliente da renúncia ao mandato (art. 5º, § 3º, do Estatuto), **preferencialmente** mediante carta com aviso de recepção, comunicando, **após**, o Juízo.

*Prova!*

**Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2016 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXI - Primeira Fase**

Pedro é advogado empregado da sociedade empresária FJ. Em reclamação trabalhista proposta por Tiago em face da FJ, é designada audiência para data na qual os demais empregados da empresa estarão em outro Estado, participando de um congresso.

Assim, no dia da audiência designada, Pedro se apresenta como preposto da reclamada, na condição de empregado da empresa, e advogado com procuração para patrocinar a causa.

Nesse contexto,

*Prova!*

**Ano: 2013 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2013 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XI - Primeira Fase**

Cláudio, advogado com vasta experiência profissional, é contratado pela sociedade LK Ltda. para gerenciar a carteira de

devedores duvidosos, propondo acordos e, em último caso, as devidas ações judiciais. Após um ano de sucesso na empreitada, Cláudio postula aumento nos seus honorários, o que vem a ser recusado pelos representantes legais da sociedade. Insatisfeito com o desenrolar dos fatos, Cláudio comunica que irá renunciar aos mandatos que lhe foram conferidos, notificando pessoalmente os representantes legais da sociedade que apuseram o seu ciente no ato de comunicação. Dez dias após, a sociedade contratou novos advogados, que assumiram os processos em curso.

Observado tal relato, baseado nas normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A comunicação da renúncia do mandato não pode ser pessoal, para evitar conflitos com o cliente.
- A renúncia ao mandato deve ser comunicada ao cliente, preferencialmente mediante carta com aviso de recepção.
- O advogado deve comunicar a renúncia ao mandato diretamente ao Juízo da causa, que deverá intimar a parte.
- O advogado não tem o dever de comunicar à parte a renúncia ao mandato judicial ou extrajudicial.

Gabarito: Letra B

**Ano: 2013 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2013 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XI - Primeira Fase**

Cláudio, advogado com vasta experiência profissional, é contratado pela sociedade LK Ltda. para gerenciar a carteira de devedores duvidosos, propondo acordos e, em último caso, as devidas ações judiciais. Após um ano de sucesso na empreitada, Cláudio postula aumento nos seus honorários, o que vem a ser recusado pelos representantes legais da sociedade. Insatisfeito com o desenrolar dos fatos, Cláudio comunica que irá renunciar aos mandatos que lhe foram conferidos, notificando pessoalmente os representantes legais da sociedade que apuseram o seu ciente no ato de comunicação. Dez dias após, a sociedade contratou novos advogados, que assumiram os processos em curso.

Observado tal relato, baseado nas normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A comunicação da renúncia do mandato não pode ser pessoal, para evitar conflitos com o cliente.
- A renúncia ao mandato deve ser comunicada ao cliente, preferencialmente mediante carta com aviso de recepção.
- O advogado deve comunicar a renúncia ao mandato diretamente ao Juízo da causa, que deverá intimar a parte.
- O advogado não tem o dever de comunicar à parte a renúncia ao mandato judicial ou extrajudicial.

Gabarito: Letra B

Art. 7º A função de diretoria e gerência jurídicas em qualquer empresa pública, privada ou paraestatal, inclusive em instituições financeiras, é privativa de advogado, não podendo ser exercida por quem não se encontre inscrito regularmente na OAB.

### Importante!

#### Atividades Privativas de Advogado:

- Postular em órgão do Poder Judiciário;
- Exercer consultoria, assessoria, direção e gerência jurídica;

→ Visar atos constitutivos de pessoas jurídicas, para serem levados a registro nos órgãos competentes, sob pena de nulidade.

O último caso possui exceção?

**Sim. Microempresas e Empresas de pequeno porte dispensa o visto do advogado!**

Art. 8º A incompatibilidade prevista no art. 28, II do Estatuto, não se aplica aos advogados que participam dos órgãos nele referidos, na qualidade de titulares ou suplentes, como representantes dos advogados.

§ 1º Ficam, entretanto, impedidos de exercer a advocacia perante os órgãos em que atuam, enquanto durar a investidura.

§ 2º A indicação dos representantes dos advogados nos juizados especiais deverá ser promovida pela Subseção ou, na sua ausência, pelo Conselho Seccional.

## SEÇÃO II DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 9º Exercem a advocacia pública os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das autarquias e das fundações públicas, estando obrigados à inscrição na OAB, para o exercício de suas atividades.

Parágrafo único. Os integrantes da advocacia pública são elegíveis e podem integrar qualquer órgão da OAB.

Art. 10. Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa prevista no Art.1º do Estatuto, sujeitam-se ao regime do Estatuto, deste Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, inclusive quanto às infrações e sanções disciplinares.

## SEÇÃO III DO ADVOGADO EMPREGADO

Art. 11. Compete a sindicato de advogados e, na sua falta, a federação ou confederação de advogados, a representação destes nas convenções coletivas celebradas com as entidades sindicais representativas dos empregadores, nos acordos coletivos celebrados com a empresa empregadora e nos dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho, aplicáveis às relações de trabalho.

Art. 12. Para os fins do art. 20 da Lei nº 8.906/94, considera-se de dedicação exclusiva o regime de trabalho que for expressamente previsto em contrato individual de trabalho.

Parágrafo único. Em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas

trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias.

**Art. 14. Os honorários de sucumbência, por decorrerem precipuamente do exercício da advocacia e só acidentalmente da relação de emprego, não integram o salário ou a remuneração, não podendo, assim, ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.**

*Prova!*

**Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXVII - Primeira Fase**

O advogado Sebastião é empregado de certa sociedade limitada, competindo-lhe, entre outras atividades da advocacia, atuar nos processos judiciais em que a pessoa jurídica é parte. Em certa demanda, na qual foram julgados procedentes os pedidos formulados pela sociedade, foram fixados honorários de sucumbência em seu favor.

Considerando o caso narrado e o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- Os referidos honorários integram a remuneração de Sebastião e serão considerados para efeitos trabalhistas, embora não sejam considerados para efeitos previdenciários.
- Os referidos honorários integram a remuneração de Sebastião e serão considerados para efeitos trabalhistas e para efeitos previdenciários.
- Os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, embora sejam considerados para efeitos previdenciários.
- Os referidos honorários não integram a remuneração de Sebastião e não serão considerados para efeitos trabalhistas, nem para efeitos previdenciários.

Gabarito: Letra D

Parágrafo único. Os honorários de sucumbência dos advogados empregados constituem fundo comum, cuja destinação é decidida pelos profissionais integrantes do serviço jurídico da empresa ou por seus representantes.

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DAS PRERROGATIVAS

### SEÇÃO I DA DEFESA JUDICIAL DOS DIREITOS E DAS PRERROGATIVAS

**Art. 15. Compete ao Presidente do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção, ao tomar conhecimento de fato que possa causar, ou que já causou, violação de direitos ou prerrogativas da profissão, adotar as providências judiciais e extrajudiciais cabíveis para prevenir ou restaurar o império do Estatuto, em sua plenitude, inclusive mediante representação administrativa.**

*Prova!*

**Ano: 2019 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2019 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXIX - Primeira Fase**

A conduta de um juiz em certa comarca implicou violação a prerrogativas de advogados previstas na Lei nº 8.906/94, demandando representação administrativo-disciplinar em face do magistrado.

Considerando a hipótese narrada, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- É competência dos presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção formularem a representação administrativa cabível. Em razão da natureza da autoridade e da providência, o ato não pode ser delegado a outro advogado.
- É competência apenas dos presidentes do Conselho Federal ou do Conselho Seccional formularem a representação administrativa cabível. Todavia, pode ser designado outro advogado, investido de poderes bastantes, para o ato.
- É competência apenas do presidente do Conselho Seccional formular a representação administrativa cabível. Em razão da natureza da autoridade e da providência, o ato não pode ser delegado a outro advogado.
- É competência dos presidentes do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção formularem a representação administrativa cabível. Todavia, pode ser designado outro advogado, investido de poderes bastantes, para o ato.

Gabarito: D

**Parágrafo único. O Presidente pode designar advogado, investido de poderes bastantes, para as finalidades deste artigo.**

Art. 16. Sem prejuízo da atuação de seu defensor, contará o advogado com a assistência de representante da OAB nos inquéritos policiais ou nas ações penais em que figurar como indiciado, acusado ou ofendido, sempre que o fato a ele imputado decorrer do exercício da profissão ou a este vincular-se.

Art. 17. Compete ao Presidente do Conselho ou da Subseção representar contra o responsável por abuso de autoridade, quando configurada hipótese de atentado à garantia legal de exercício profissional, prevista na Lei nº 4.898, de 09 de dezembro de 1965.

### SEÇÃO II DO DESAGRAVO PÚBLICO

Art. 18. O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.

§ 1º O pedido será submetido à Diretoria do Conselho competente, que poderá, nos casos de urgência e notoriedade, conceder imediatamente o desagravo,

# Código de Ética e Disciplina da OAB - CED

## TÍTULO I DA ÉTICA DO ADVOGADO

### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O exercício da advocacia exige conduta compatível com os preceitos deste Código, do Estatuto, do Regulamento Geral, dos Provimentos e com os princípios da moral individual, social e profissional.

Art. 2º O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos e garantias fundamentais, da cidadania, da moralidade, da Justiça e da paz social, cumprindo-lhe exercer o seu ministério em consonância com a sua elevada função pública e com os valores que lhe são inerentes.

Parágrafo único. São deveres do advogado:

I - preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da advocacia;

**II - atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;**

III - velar por sua reputação pessoal e profissional;

IV - empenhar-se, permanentemente, no aperfeiçoamento pessoal e profissional;

V - contribuir para o aprimoramento das instituições, do Direito e das leis;

VI - estimular, **a qualquer tempo**, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios;

VII - desaconselhar lides temerárias, a partir de um juízo preliminar de viabilidade jurídica;

#### **VIII - abster-se de:**

a) utilizar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente;

b) vincular seu nome a empreendimentos sabidamente escusos;

c) emprestar concurso aos que atentem contra a ética, a moral, a honestidade e a dignidade da pessoa humana;

d) entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, **sem o assentimento deste;**

**e) ingressar ou atuar em pleitos administrativos ou judiciais perante autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares;**

**Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2016 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XIX - Primeira Fase**

Alexandre, advogado que exerce a profissão há muitos anos, é conhecido por suas atitudes corajosas, sendo respeitado pelos seus clientes e pelas autoridades com quem se relaciona por questões profissionais. Comentando sua atuação profissional, ele foi inquirido, por um dos seus filhos, se não deveria recusar a defesa de um indivíduo considerado impopular, bem como se não deveria ser mais obediente às autoridades, diante da possibilidade de retaliação.

Sobre o caso apresentado, observadas as regras do Estatuto da OAB, assinale a opção correta indicada ao filho do advogado citado.

- O advogado Alexandre deve recusar a defesa de cliente cuja atividade seja impopular.
- O temor à autoridade pode levar à negativa de prestação do serviço advocatício por Alexandre.
- As causas impopulares aceitas por Alexandre devem vir sempre acompanhadas de apoio da Seccional da OAB.
- Nenhum receio de desagradar uma autoridade deterá o advogado Alexandre.

Gabarito: Letra D

**Ano: 2017 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2017 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXIII - Primeira Fase**

O Dr. Silvestre, advogado, é procurado por um cliente para patrociná-lo em duas demandas em curso, nas quais o aludido cliente figura como autor. Ao verificar o andamento processual dos feitos, Silvestre observa que o primeiro processo tramita perante a juíza Dra. Isabel, sua tia. Já o segundo processo tramita perante o juiz Dr. Zacarias, que, coincidentemente, é o locador do imóvel onde o Dr. Silvestre reside.

Considerando o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

- O Dr. Silvestre cometerá infração ética se atuar em qualquer dos processos, tendo em vista o grau de parentesco com a primeira magistrada e a existência de relação comercial com o segundo juiz.
- O Dr. Silvestre cometerá infração ética apenas se atuar no processo que tramita perante a juíza Dra. Isabel, tendo em vista o grau de parentesco com a magistrada. Quanto ao

segundo processo, não há vedação ética ao patrocínio na demanda.

- c) O Dr. Silvestre cometerá infração ética apenas se atuar no processo que tramita perante o juiz Dr. Zacarias, tendo em vista a existência de relação negocial com o magistrado. Quanto ao primeiro processo, não há vedação ética ao patrocínio na demanda.
- d) O Dr. Zacarias não cometerá infração ética se atuar em ambos os feitos, pois as hipóteses de suspeição e impedimento dos juízes versam sobre seu relacionamento com as partes, e não com os advogados.

Gabarito: Letra A

f) contratar honorários advocatícios em valores aviltantes.

IX - pugnar pela solução dos problemas da cidadania e pela efetivação dos direitos individuais, coletivos e difusos;

X - adotar conduta consentânea com o papel de elemento indispensável à administração da Justiça;

XI - cumprir os encargos assumidos no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil ou na representação da classe;

XII - zelar pelos valores institucionais da OAB e da advocacia;

XIII - ater-se, quando no exercício da função de defensor público, à defesa dos necessitados.

Art. 3º O advogado deve ter consciência de que o Direito é um meio de mitigar as desigualdades para o encontro de soluções justas e que a lei é um instrumento para garantir a igualdade de todos.

Art. 4º O advogado, ainda que vinculado ao cliente ou constituinte, mediante relação empregatícia ou por contrato de prestação permanente de serviços, ou como integrante de departamento jurídico, ou de órgão de assessoria jurídica, público ou privado, deve zelar pela sua liberdade e independência.

## Importante

**Parágrafo único. É legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de causa e de manifestação, no âmbito consultivo, de pretensão concernente a direito que também lhe seja aplicável ou contrarie orientação que tenha manifestado anteriormente.**

**Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXVI - Primeira Fase**

Juan e Pablo, ambos advogados, atuaram conjuntamente patrocinando uma demanda trabalhista em favor de certo trabalhador empregado. Tiveram bastante sucesso no exercício dessa função, tendo se valido de teses jurídicas notórias. Em razão disso, após o fim desse processo, duas pessoas jurídicas contrataram, respectivamente, Juan e Pablo, como integrantes

de seus departamentos jurídicos, em relação empregatícia. A sociedade que empregou Juan determinou que ele atue de forma consultiva, emitindo parecer sobre a mesma questão jurídica tratada naquele primeiro processo, embora adotando orientação diversa, desta feita favorável aos empregadores. A pessoa jurídica que emprega Pablo pretende que ele realize sua defesa, em juízo, em processos nos quais ela é ré, sobre a mesma questão, também sustentando o posicionamento favorável aos empregadores.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Juan e Pablo podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.
- b) Apenas Juan pode, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.
- c) Apenas Pablo pode, de maneira legítima, recusar o patrocínio das demandas judiciais sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.
- d) As recusas quanto à atuação consultiva e ao patrocínio das demandas judiciais, por Juan e Pablo, respectivamente, implicam violações aos seus deveres profissionais.

Gabarito: Letra A

**Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2016 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XIX - Primeira Fase**

Os advogados Ivan e Dimitri foram nomeados, por determinado magistrado, para prestarem assistência jurídica a certo jurisdicionado, em razão da impossibilidade da Defensoria Pública. As questões jurídicas debatidas no processo relacionavam-se à interpretação dada a um dispositivo legal. Ivan recusou-se ao patrocínio da causa, alegando que a norma discutida também lhe é aplicável, não sendo, por isso, possível que ele sustente em juízo a interpretação legal benéfica à parte assistida e prejudicial aos seus próprios interesses. Dimitri também se recusou ao patrocínio, pois já defendeu interpretação diversa da mesma norma em outro processo.

Sobre a hipótese apresentada, é correto afirmar que

- a) Ivan e Dimitri cometeram infração disciplinar, pois é vedado ao advogado recusar-se a prestar assistência jurídica, sem justo motivo, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública.
- b) apenas Dimitri cometeu infração disciplinar, pois não se configura legítima a recusa por ele apresentada ao patrocínio da causa, sendo vedado ao advogado, sem justo motivo, recusar-se a prestar assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública.
- c) apenas Ivan cometeu infração disciplinar, pois não se configura legítima a recusa por ele apresentada ao patrocínio da causa, sendo vedado ao advogado, sem justo motivo, recusar-se a prestar assistência jurídica, quando nomeado.
- d) nenhum dos advogados cometeu infração disciplinar, pois se afiguram legítimas as recusas apresentadas ao patrocínio da causa.

Gabarito: Letra D

**Ano: 2014 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2014 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XV - Tipo 1 - Branca**

Fred, jovem advogado, é contratado para prestar serviços na empresa BBO Ltda., que possui uma assessoria jurídica composta por cinco profissionais do Direito, orientados por uma gerência jurídica. Após cinco meses de intensa atividade, é concitado a formular parecer sobre determinado tema jurídico